

TEOLOGIA BÍBLICA DO NOVO TESTAMENTO

DR. REYNALDO PURIM, Ph. D.



Dr. Reynaldo Purim

Dr. Reynaldo Purim além de ter exercido o ministério pastoral por 43 anos em Bangu, RJ, foi catedrático no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, RJ, onde lecionou as seguintes matérias: Apologética Cristã, Filosofia da Religião Cristã, Cristianismo e Cultura Contemporânea, Metodologia Teológica, Teologia Sistemática, Teologia do Novo Testamento, Teologia do Antigo Testamento, Religiões, Filosofia Contemporânea, História da Filosofia, Teologia Contemporânea, Epistemologia, Metafísica, Hebraico, Grego, Filosofia e Lógica.

APRESENTAÇÃO

É com alegria que colocamos à disposição dos amantes da teologia mais um material do saudoso Mestre do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, o Dr. Reynaldo Purim.

Desta feita são os conteúdos que usava nas aulas de Teologia Bíblica do Novo Testamento.

O material está sendo apresentado na forma mais original possível. É feito assim para não alterar os seus conteúdos.

O leitor há de encontrar algumas frases e até trechos repetidos. É possível que, no afã do preparar suas aulas não as tenha percebido.

O objetivo principal deste esforço está sendo em repassar o pensamento teológico do autor que nada mais é do que a mensagem pura do Novo Testamento interpretada corretamente, que para nós é o fundamento da nossa teologia.

Desta forma estamos resgatando e disponibilizando o material que o autor usou e não divulgou no seu tempo.

Rogamos ao Espírito Santo que continue orientando a mente do amado leitor na busca cada vez mais acurada das verdades contidas na Revelação Escrita, que é Bíblia Sagrada.

Tudo para a glória de Deus.

Quatro Barras, PR, janeiro de 2020.

João Reinaldo Purin.

jrpurin2008@gmail.com

TEOLOGIA BÍBLICA DO NOVO TESTAMENTO

Dr. Reynaldo Purim

INTRODUÇÃO

NOÇÕES GERAIS E PRELIMINARES

Teologia é ciência da religião. É o estudo sistemático da religião; estudo sistematizado e organizado. Aqui nesta matéria estudaremos a religião cristã tendo por base o Novo Testamento.

A diferença entre Teologia do Novo Testamento e Teologia Sistemática está no material usado (fontes). Na teologia sistemática nós usamos material bíblico e extra-bíblico. Na Teologia do Novo Testamento usamos o material do Novo Testamento.

A Teologia Bíblica tem a Bíblia como única fonte, diferindo, por isso, da Teologia Sistemática. A Teologia Bíblica é a mais antiga; a mais recente é a teologia do Antigo Testamento.

No Novo Testamento encontramos o material para a teologia do Novo Testamento. No Novo Testamento há interpretações para fins práticos, mas não com a preocupação de sistema. Em o Novo Testamento encontramos uma religião que tem por base a revelação de Deus.

Há distinção entre teologia propriamente dita e a filosófica. A teologia propriamente dita estuda do ponto de vista de Deus e do homem; a filosófica, na maioria dos do raciocínio.

O elemento doutrinário vem depois da religião cristã. Esta é mais importante que aquela.

FONTES DA TEOLOGIA BÍBLICA DO NOVO TESTAMENTO

A fonte é a pessoa de Jesus Cristo, que é a revelação divina na sua forma histórica.

Em Cristo devemos considerar: sua atitude, seu modo de viver, seus ensinamentos, seu sacrifício.

MÉTODOS PARA O ESTUDO DA TEOLOGIA BÍBLICA DO NOVO TESTAMENTO.

Devemos começar pelos ensinamentos de Cristo. Um exemplo: Por que muitos crentes se embaraçam quando enfrentam as heresias dos pentecostais? Porque começam com os Atos dos Apóstolos e não com os ensinamentos de Cristo.

Um estudo assim pressupõe algum conhecimento do Antigo Testamento, porque Jesus ensinou baseado no Antigo Testamento. Devemos conhecer os evangelhos em sua finalidade histórica. O Cristianismo se baseou no Judaísmo Histórico. Jesus trouxe uma revelação nova a respeito dos ensinamentos do Antigo Testamento.

Não tem muita importância a cronologia dos evangelhos, nem dos conteúdos ali apresentados, para o estudo da teologia. Entretanto, é de importância capital uma ordem cronológica dos ensinamentos ali encontrados.

Precisamos encontrar as características da religião que Jesus implantou neste mundo.

Na Teologia do Novo Testamento, portanto, temos de começar pelo que Jesus ensinou. O ponto de partida é o ensino de Jesus. Cristo é o centro, o caminho para nos explicar todas as coisas. Sua vida, ensinamentos e obra, portanto é de onde o teólogo deve partir.

Exemplo:

Se quisermos estudar a doutrina do Espírito Santo, temos que começar pelo que Jesus ensinou sobre a pessoa do Espírito Santo.

Para o estudo de uma doutrina precisamos conhecer as narrativas dos evangelhos. Precisamos conhecer a interpretação literal e da interpretação histórica dos evangelhos. Temos que examinar o texto, o contexto e as condições históricas.

As narrativas dos evangelhos enfatizam: Marcos → os milagres; Mateus → objetiva e subjetiva os fatos; Lucas → mostra que Jesus como o Salvador do mundo. São narrativas e ao mesmo tempo interpretações. Os evangelhos relatam os fatos e os interpretam também.

Uma narrativa é informação que a pessoa dá; é uma interpretação de fatos, mostrando o que eles representam para ela.

O método do estudo do Novo Testamento é procurar relacionar os ensinamentos de Jesus com o que encontramos no Antigo Testamento.

As idéias que temos no Novo Testamento todas elas, pelo menos em princípio, são encontradas no Antigo Testamento. Se encontramos no Novo Testamento algo que não existe no Antigo Testamento devemos colocar um ponto de interrogação (?).

Exemplo:

A Idéia de Deus

No Antigo Testamento lemos que Deus é o criador, todo poderoso; no Novo Testamento não encontramos nada, além disso. O que não encontramos no Antigo Testamento vamos encontrar é uma aplicação ou revelação com muito clareza no Novo Testamento, todas as doutrinas são encontradas no Antigo Testamento em princípio, pelo menos.

Para compreendermos os fatos da revelação do Novo Testamento, temos que ir ao Antigo Testamento; às profecias, pois aí estão em linguagem mais elementar.

Exemplo: No Novo Testamento temos a ressurreição; no Antigo Testamento temos essa doutrina em linguagem mais simples: > “prolongar os dias”; “por longos dias”.

Preocupação

Nossa preocupação deve constar na diversidade de material, pois temos: biografias, histórias, cartas etc. A nossa preocupação deve estar em achar a unidade.

Não podemos ter uma ordem cronológica absoluta nos materiais, mas nossa teologia não depende de ordem cronológica, pois o fator tempo não é essencial no material; a teologia não depende de autores, datas etc.

Podemos ter uma ordem lógica, mostrando o desenvolvimento ou o progresso da revelação e isto nos é indispensável.

OBJETIVOS

Compreender as características da religião do Novo Testamento, religião esta que é ao mesmo tempo subjetiva e objetiva, eterna e histórica e que trata de eterna salvação e de uma conduta moral perfeita. Que são particulares e universais.

Se não pudermos diferenciar as coisas eternas das históricas, nada podemos fazer. Precisamos distinguir os fatos históricos dos eternos.

A finalidade é achar a exemplificação da vida divina cristã na pessoa de Cristo. Encontramos nos evangelhos sinóticos a ênfase na pessoa de Jesus Cristo. Na base da pessoa é que sua obra e ensinamentos são interpretados; por isso devemos partir da pessoa de Jesus Cristo.

FINALIDADE DA TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO

1. Aprender a interpretar as Escrituras;
2. A teologia do Novo Testamento introduz o estudante à Bíblia;

3. Saber interpretar a Bíblia para os outros. Todo crente sabe interpretar as Escrituras para si mesmo, mas não para os outros. A teologia do Novo Testamento habilita o pregador a interpretar a Bíblia para os seus semelhantes.

4 Aprender a resolver os problemas que aparecem, pois o crente não pode pregar generalidades. Deve expor os fatos à luz das condições históricas. A teologia do Novo Testamento é histórica.

RELAÇÃO ENTRE NOVO TESTAMENTO E O ANTIGO TESTAMENTO

Um grande número das seitas heréticas surgiu pelo falso conhecimento da relação entre o Novo Testamento e o Antigo Testamento. Os judaizantes não fizeram distinção entre o Novo Testamento e o Antigo Testamento daí seus erros e heresias. Os mórmons e as Testemunhas de Jeová ou os Russelitas também não o fazem.

Muitas heresias entre os batistas também vêm desta mesma falta de compreensão. As citações do Novo Testamento e Antigo Testamento na mesma base é caminho aberto para heresias.

Exemplos:

1. A volta dos judeus para a Palestina que já aconteceu, como tendo significado espiritual e ainda por acontecer, relacionando-a com a escatologia.

2. Os erros relacionados com a doutrina da predestinação.

O VALOR DO ANTIGO TESTAMENTO

Nós precisamos do Antigo Testamento para fins de interpretação, pois precisamos conhecer a origem, o desenvolvimento e a finalidade das coisas.

Para crermos em Cristo e sermos salvos não necessitamos do conhecer as profecias relacionadas com sua vinda; mas se desejar-

mos conhecer a salvação e como tudo veio a acontecer, temos necessidade do Antigo Testamento.

Exemplo:

No Antigo Testamento → erva, espiga e pão; No Novo Testamento → Escritura do Cristianismo.

A Escritura do Cristianismo é o Novo Testamento, mas teve seu começo no Antigo Testamento. Para explicarmos um fruto precisamos conhecer a árvore. Claro está que é o fruto que comemos.

Se a pessoa não compreender a relação entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento não pode separar a erva e espiga do grão. Muitos misturam o grão com a palha.

RELAÇÃO HISTÓRICA

A Lei e os profetas duraram até João e daí para a frente é o Reino de Deus (Lc 16.16). Aquilo que era fragmentário tornou-se completo. A revelação completa que temos em Cristo teve seus começos no Antigo Testamento.

Dessa relação depende a interpretação racional das coisas. Não podemos mostrar as origens, os processos e as finalidades sem o Antigo Testamento. Não os temos, entretanto no mesmo pé de igualdade.

Não podemos começar a explicar com o cumprimento sem a promessa.

Jesus reconheceu a autoridade do Antigo Testamento e diz que da Lei nada se perderia sem seu cumprimento. Ele veio completar a Lei e os profetas. É bom notar, que quando Jesus disse que veio completar não se referia só ao cumprimento imediato, mas na consumação final. Não se cumpriu em si, mas tornou-se o cumprimento final.

O Antigo Testamento é válido para nós nos princípios eternos.

Exemplo:

A Lei quanto à sua forma cessou, mas o seu aspecto vital continua. A Lei era externa e o Cristianismo é interno.

As profecias apontam para Jesus, sendo este agora a autoridade. O que era essencial ficou completo.

A Lei não permanece na sua forma, mas no seu espírito.

O Antigo Testamento na linguagem de João é a Lei e os profetas.

A NATUREZA DO JUDAÍSMO

1. O Judaísmo representava os primeiros passos na revelação especial de Deus ao homem para redenção deste, redenção esta que culminou em Cristo.

2. O Judaísmo era sistema provisório e preparatório, embora tivesse em si elementos permanentes. Quanto à forma era provisório e preparatório.

O Antigo Testamento não satisfaz e nem podia satisfazer às necessidades do homem, pois era um sistema incompleto.

3. A obra de Jesus se baseou no Antigo Testamento, ele não destruiu o passado, mas edificou sobre bases que já tinham sido lançado (Mt 5.17), não veio por abaixo o Antigo Testamento, mas completar.

Jesus reconheceu a autoridade do Antigo Testamento, pois quando foi tentado, em sua defesa citou o Antigo Testamento, dizendo: “Está escrito”.

I Parte

A TEOLOGIA NOS EVANGELHOS SINÓTICOS

COMO JESUS CUMPRIU OU COMPLETOU A LEI?

1. Quanto à conduta – Jesus e a Lei. A Lei nunca foi cumprida e ninguém havia cumprido; e, se alguém a cumprisse teria sido um fracasso e Deus teria falhado. Jesus, na sua conduta, cumpriu às exigências da Lei (não da tradição). Jesus atingiu o ideal de conduta exigido pelo Antigo Testamento. Quando Jesus foi julgado ninguém achou nele falta. Sua palavra na cruz, “está consumado” mostra que cumpriu tudo.

2. Quanto ao ensino – Jesus foi além dos ensinamentos da Lei. Exemplo: No Sermão do Monte estava interpretando a relação entre a revelação do Antigo Testamento e o Novo Testamento. Estava apelando para o raciocínio dos seus ouvintes. No Sermão do Monte e geralmente Jesus apelava para a fé e ao raciocínio, “não pensem ...”.

A Lei dizia não matarás (mandamento negativo), não sendo ideal porque era proibição. A criança precisa de mandamento, por isso a revelação de Deus seguiu essa ordem que é a natural. Primeiro o mandamento sem explicação.

Jesus, pelo seu ensino, explicou que não basta cumprir a Lei meramente na forma, tem de ir além.

O Cristianismo pode ser interpretado para fins históricos só quando se toma por base o Antigo Testamento.

A TRANSMISSÃO DO CRISTIANISMO

Os escritores do Novo Testamento procuraram transmitir as suas experiências. Cada qual tinha uma experiência diferente da dos outros; por este motivo eles não procuraram sistematizar idéias. O que temos no Novo Testamento principalmente, é a religião cristã que havia tomado conta dos autores que agora a transmitiram.

Não temos no Novo Testamento uma Teologia Bíblica sistematizada. A religião não depende da teologia, mas a teologia vem em auxílio da religião para explicar; para dar a razão daquilo que se crê.

A IMPLANTAÇÃO DO CRISTIANISMO

O Cristianismo foi implantado como religião pela vida de Jesus Cristo. No começo do seu ministério, Jesus não ensinou muito, mas... “viveu entre os homens”. A primeira coisa que lemos nos evangelhos com referência a Jesus é que Ele “habitou entre nós” conforme João 1.14.

O Cristianismo foi implantado como uma religião e não como uma doutrina, ou uma teologia. Para a propagação do Cristianismo no mundo precisamos de exemplo, de vida. Antes da ascensão, Jesus disse: “Vós sereis minhas testemunhas” (At. 1.8).

A RELAÇÃO ENTRE O CRISTIANISMO E O JUDAÍSMO

É a relação entre o Evangelho e a Lei. Muitos ainda não perceberam, de modo claro, esta relação e, portanto, não podem compreender a sua própria relação com o Antigo Testamento. Alguém que não compreende a relação entre o Evangelho e a Lei não pode assumir uma atitude acertada quanto à Lei do Antigo Testamento. Daí o motivo de surgirem tantas heresias.

Que temos no Antigo Testamento que seja útil para nós?

No Antigo Testamento temos os primeiros passos da revelação especial de Deus ao homem; processo esse que culminou em Jesus. Isto ilustrou a relação entre o Judaísmo e o Cristianismo: “... a haste, a espiga, o grão maduro ...” O grão maduro é encontrado no Novo Testamento, na pessoa de Cristo.

A revelação no Judaísmo era provisória e preparatória, incompleta. Mesmo assim tinha certos princípios permanentes. Os métodos passaram, mas o conteúdo permanente ficou preservado. Embora o Judaísmo tivesse certos elementos permanentes e eternos, eram eles preparatórios e provisórios. O Antigo Testamento não satisfaz às necessidades do homem, nem pode satisfazê-las, pois é um sistema incompleto. Por que, então, Deus deu a Lei, o povo estava com uma mentalidade de uma criança de mais ou menos 10 a 12 anos. Por isso era preciso a Lei; castigar o desobediente. E o que acontece com um indivíduo, acontece também com um povo. Por isso a revelação tinha que ser gradativa.

Jesus não veio destruir a revelação anterior. Em Mt 5.17, a tradução deve ser “completar” ao invés de “cumprir”.

A Lei mosaica apenas proibia o ato, Jesus proibiu pensamentos, desejos, atitudes. A Lei mosaica proibia atos externos. Portanto, Jesus não destruiu a Lei do Antigo Testamento, porque o que Ele ensinou ultrapassou a Lei. Nesse sentido Jesus completou a Lei.

Quanto ao castigo, no Antigo Testamento, era o homem quem o aplicava, baseado na Lei, porque ali se tratava de ato. No Novo Testamento, o homem não pode castigar porque se trata de intenção, coisa que o homem não pode julgar. Entretanto, quem vai julgar as intenções é Deus, “minha é a vingança ...” (Rm 12.19).

Jesus veio para cumprir a Lei, cumprir no sentido de completar. A Lei do Antigo Testamento foi dada para atingir um ideal na vida dos homens. Entretanto, a Lei nunca foi cumprida por alguém, a não ser por Jesus. Pela Lei Jesus não pode ser condenado. No seu ensino, Jesus enfatizou os princípios que estavam já apresentados na Lei do Antigo Testamento, colocando-os em bases permanentes. Jesus colocou a Lei dentro do homem; e a Lei só tem valor quando está dentro do homem. Ela tem valor quando o homem a cumpre fazendo parte de sua natureza.

A Lei era negativa; ensinava o que não se devia fazer; mas Jesus ensinou o que se devia fazer. Jesus incluiu no Evangelho os elementos que estavam na própria Lei e no idealismo dos profetas.

A Lei como sistema deixou de existir em João Batista. Daí para diante era Cristo. Portanto, quem obedece a Cristo cumpre o que a Lei exigia e muito mais.

O REINO DE DEUS

O Reino de Deus é o assunto central dos ensinamentos de Jesus, pois ele começou o seu ministério, dizendo: “O tempo está cumprido, e é chegado o Reino de Deus” (Mc 1.15). Suas parábolas quase todas têm a finalidade de ilustrar aspectos do Reino de Deus.

O Reino de Deus é um assunto pouco compreendido e muito debatido. Nele encontramos problemas sérios. Dos atuais é o maior assunto para os teólogos.

Depois do Pentecostes encontramos poucas vezes a expressão “Reino de Deus”. Até mesmo na ascensão os discípulos perguntaram “é agora o tempo em que restaurarás o reino a Israel?” (At 1.6). Eles tinham visão errada acerca do Reino de Deus.

O Reino de Deus é um assunto pouco compreendido e muito debatido. Nele encontramos problemas sérios. Dos atuais é o maior assunto para os teólogos.

Jesus falou muitas vezes no Reino de Deus e Reino dos Céus. O assunto central de Jesus foi exatamente este. Jesus começou a pregar: “é chegado o reino de Deus.”

Jesus ensinou muito a respeito do reino de Deus, mas os apóstolos, depois do Pentecostes, não falaram muito a este respeito.

Paulo menciona poucas vezes o “Reino de Deus”.

SEMELHANÇA NOS TERMOS

Reino de Deus e Reino dos céus são termos idênticos. Têm o mesmo sentido quanto à origem e quanto ao caráter.

O SENTIDO EM QUE JESUS EMPREGOU O TERMO

Para sabermos em que sentido Jesus empregou o termo, precisamos saber qual a idéia de Reino de Deus no Antigo Testamento encontramos algumas referências, os profetas falaram sobre o assunto. Exemplo: Obadias diz: “O Reino será do Senhor” (Ob 1.21). Jesus usou termo popular e conhecido.

No tempo de Moisés houve teocracia. Foi Deus quem preparou Moisés para exercer seu governo. No tempo de Josué e dos Juízes o mesmo fato se repete.

O Reino de Deus era unilateral. Era Deus quem escolhia esses líderes e manifestava-se através deles.

A teocracia de Israel nos seus aspectos práticos não era muito diferente dos outros reinos. No caso de Davi havia teocracia, pois foi ele escolhido por Samuel.

Esse reino teocrático era semelhante aos outros em muitas coisas. O reino que ficou considerado como padrão foi o de Davi. Nenhum dos outros atingiram a posição de Davi. Os israelitas até hoje ainda esperam um rei para substituir Davi e essa esperança crescia à medida que o reino se ia desaparecendo.

Quando Jesus diz “é chegado o reino de Deus” emprega o termo, mas não em sentido material. Em prega-o no sentido em que os profetas o empregaram que foi glorioso e eterno. Jesus não teve a idéia externa e política, pois afirma “meu Reino não é deste mundo” (Jo 18.36), isto é, não é nos moldes deste mundo.

A tentação de Jesus foi na base do conceito material do seu reino.

Reino de Deus não sinônimo de salvação, pois se assim fosse só os salvos fariam parte dele: a comparação do reino de Deus com

uma rede que pega toda sorte de peixes desmente que o reino de Deus e a salvação sejam a mesma coisa.

Sobre o assunto há muita divergência entre os teólogos: pensam até alguns que o reino de Deus ainda está para vir na segunda vinda de Cristo. Entretanto, Jesus disse: “O reino de Deus está dentro de vós” (Lc 17.21).

O QUE JESUS ENTENDEU POR REINO DE DEUS

O Reino de Deus deve vir na base de ser feita a sua vontade aqui na terra. É nesse molde que o devemos esperar.

Para Jesus o Reino de Deus era: 1) uma realidade presente “O Reino de Deus está dentro de vós”; 2) Tem seu aspecto futuro, crescendo na influência e no escopo como o fermento.

COMO JESUS EXPLICOU O REINO DE DEUS

A Lei e os Profetas duraram até João daí para frente vos é anunciado o Reino de deus (Mt 11.12). Agora os homens têm que fazer força para entrar no Reino de Deus, pois ninguém nasce dentro dele. A Nicodemos Jesus diz: “necessário vos é nascer de novo” (Jo 3.3). No reino de Israel a entrada era pelo nascimento, agora é diferente.

Quando os fariseus vieram a João para serem batizados, João lhes diz: “O machado está posto à raiz das árvores” (Mt 3.10). O privilégio de nacionalidade acabou. Para entrar no Reino de Deus tem que se arrepender, nascer de novo.

Que é, então, reino de Deus?

No Evangelho de João o Reino de Deus não é tão mencionado quanto é nos evangelhos sinóticos. João fala mais a respeito da vida eterna.

Os judeus estavam realmente esperando o reino, mas um reino político. Jesus usou essa mesma linguagem para apresentar sua mensagem; partiu do conhecido para o desconhecido. Quando Jesus multiplicou os pães o povo achou que aquela era a ocasião para

fazê-lo rei, pois Ele multiplicava pães, era capaz de alimentar soldados, por exemplo, e com muitas tropas poderia expulsar os romanos da Palestina.

João Batista pregou que o reino de Deus não era mais privilégio de um povo, e sim o súdito do reino seria a “árvore que desse fruto”. Não adiantava ser filho de Abraão era preciso arrependimento. Todos estão debaixo do regime do reino de Deus, mas nem todos estão salvos; os que se arrependem e crêem são salvos, os que não crêem estão condenados. Logo, o reino de Deus não é de modo nenhum sinônimo de salvação. O reino de Deus é o regime onde nós estamos. Se o indivíduo se converte é salvo, se não se converte sofrerá as conseqüências desse reino. O reino de Deus é o domínio de Deus sobre os salvos e os não salvos. No Antigo Testamento havia um reino teocrático. Deus dirigia através de seus servos. Na teocracia o homem era usado por Deus; era um governo espiritual. Entretanto, no reino de Deus nos tempos do Novo Testamento, Deus não fazia o seu governo unilateral como no Antigo Testamento, mas espera que o homem aceite de livre vontade o que Deus lhe oferece e o obedeça.

Os judeus tiveram o privilégio de ser o povo escolhido, mas não eram, entretanto, melhores do que os outros. O objetivo não era para que eles só fossem salvos, mas que eles fossem o povo transmissor, o veículo da salvação para todos os povos.

Muitas vezes confundimos a escolha ou eleição como se fosse sinônimo da nossa chamada, digamos, a que recebemos por meio do Evangelho. Pergunta: Moisés foi escolhido para fins espirituais que beneficiassem a ele ou para servir de instrumento para fins históricos? Foi escolhido para fins históricos, para finalidade histórica. O povo israelita do Antigo Testamento. foi escolhido para finalidades históricas; para preparar o caminho para Deus se revelar à humanidade toda.

O reino de Deus foi cumprido na escolha de Israel como povo celestial? Sim. Pois Cristo veio através dos judeus. Entretanto, os

judeus não aproveitaram as oportunidades que tiveram. Hoje são os gentios que estão na frente dos judeus, quanto à aceitação do Evangelho.

A escolha de Deus para com Israel parece uma arbitrariedade. Qual o modo para Deus abençoar a humanidade? Ele começou pelas massas ou pelo indivíduo? Naturalmente, pelo indivíduo. Esse indivíduo tornou-se portador da bênção. E, por isso, os outros indivíduos foram colocados em desvantagem? Não; a bênção que Deus dá à humanidade vem através de um indivíduo. Deus escolheu um homem, chamado Abraão, e disse: “Abençoar-te-ei e em ti serão benditas todas as nações da terra.” (Gn 12.1-3). Deus abençoou a coletividade partindo do indivíduo. Aquilo que o indivíduo recebe, não recebe para só si, mas também para os outros. Este é o plano de Deus.

Deus precisa começar em algum ponto. A iniciativa tem que partir de Deus; então Deus escolhe unilateralmente, como fez com Abraão, com José, com Davi, para servirem de portadores da revelação aos demais; este é o método de Deus. Essa escolha de Deus é para fins históricos. No caso de Moisés, ele tinha que ir porque era para fins históricos. Porém, quando chegamos ao terreno puramente espiritual, então o homem tem que agir na base da sua liberdade: isso no reino de Deus.

No caso de Saul, por exemplo, ele cumpriu a sua missão como rei político, mas não como indivíduo. Como uma escolha histórica cumpriu a vontade de Deus, mas como indivíduo não soube aproveitar sua oportunidade.

O reino de Deus é o regime em que o indivíduo fica responsável pelos seus atos e cessa o privilégio de ser “filho de Abraão.”

A CARACTERÍSTICA DO REINO DE DEUS NO SEU ASPECTO IDEAL.

Quando Jesus ensinou a orar, ele disse: “seja feita a Tua vontade, assim na terra como no céu.” (Mt 6.10). Assim Jesus explica o que é o reino de Deus no seu aspecto ideal.

O CRESCIMENTO DO REINO

Como cresce o reino de Deus? Cresce gradativamente. É um processo de vida. O processo, o caminho para alguém entrar no reino de Deus é nascer de Deus, nascer de cima.

O reino de Deus já está completo ou está se completando? Está se completando, e se completará quando Cristo voltar.

O resultado da escolha será feita na base do tratamento dispensado a Cristo. Devemos, então, servir a Cristo, servindo ao próximo. O caminho para chegar a Cristo é através do nosso próximo. Isto não significa salvação pelas obras, porque as mesmas já são os frutos da salvação. Do contrário, já não são boas obras, porque são obras do egoísmo: querem realizar boas obras para a salvação.

Deus julga os motivos e não os atos externos. Há pessoa, porém, que fazem boas obras sem intenção de ganhar a salvação; entretanto, isso não passa de obras humanitárias.

O FILHO DO HOMEM

Filho do homem era o título predileto que Jesus usou com referência a si mesmo. O povo não compreendeu facilmente o que ele queria dizer com isso. Nós também, não compreendemos, assim tão facilmente. É difícil de interpretar. É mais usado nos evangelhos sinóticos.

Para Jesus esse título era título messiânico. Os discípulos não o empregaram. Depois de Pentecostes só vamos encontrar esse título no Apocalipse. O título de “Filho do homem” veio interpretar a missão de Jesus no mundo.

O FILHO DO HOMEM NO ANTIGO TESTAMENTO

Foi empregado a respeito de Ezequiel. Estava ele entre os cativos quando Deus o chamou de “filho do homem”. Quanto a Ezequiel, esse título significava que ele estava identificado com os cativos. Expressava sua identificação com o povo abatido.

Antes de Ezequiel foi usado também nos Salmos, dando a idéia de humildade, fraqueza humana (Salmo 8). Há outro sentido, que expressa a grandeza do homem (Sl 8.4). Salmo 8.5 indica a exaltação do Filho do homem.

Em Daniel 7.13,14, há também menção “filho do homem”. Ali fala do “filho do homem” glorificado. Representa tanto sua humilhação como sua exaltação.

O SENTIDO QUE JESUS DEU AO TERMO

Qual a idéia que Jesus quis transmitir quando empregou o termo? Era a identificação com os homens. Surge então a pergunta: Jesus esteve aqui no mundo como Filho de Deus ou como Filho do homem?

Jesus empregou o termo usando o Antigo Testamento. Alguns dizem que era termo messiânico, mas o que parece é que o termo ocultava a idéia messiânica (Jo 12.34), e o povo ficou sem conclusão.

Os discípulos tinham uma idéia um pouco mais clara: “Tu és o Cristo o Filho de Deus” (Mt 16.16), embora não compreendessem essa revelação.

Depois da confissão de Pedro, Jesus passou a explicar o que significava Filho do homem, pois não puderam harmonizar Messias com Filho do homem.

Jesus empregou o termo em conexão com os seguintes fatos:

1. Com referência a sua vida terrena. (Mc 2.10).
2. Com referência ao seu sofrimento. (Mc 8.31).

3. Com referência à sua 2ª Vinda. (Mt 24.30).

O termo foi pouco usado antes da confissão de Pedro. Depois foi usado com mais frequência.

Jesus empregou esse termo com a idéia de identificação e como representante da raça humana. Não é um homem, mas o homem. O homem ideal, espiritual. O termo significa que Jesus era o fundador e o cabeça, o chefe, o rei do Reino de Deus, em todos os aspectos: presente e futuro.

O termo significa que Jesus, interpreta a condição humana em que Jesus se achava e ao mesmo tempo interpreta o que significa ser o homem ideal para a humanidade inteira; todas as qualidades que o homem tem potencialmente.

Não empregou “eu” ou “Cristo” para não chamar a atenção dos ouvintes, era uma questão de ética.

Filho do homem era Deus na forma humana, agiu como homem, passou por todas as experiências humanas. Quando uma pessoa se nivela a outras pessoas está sujeita as condições delas.

Ele não disse que estava agindo como Filho de Deus. Sua obra foi feita como Filho do homem, mas não homem na nossa condição de pecador, e sim homem sem pecado. Ele era o cabeça do reino de Deus, o seu fundador. Quando Cristo vier, voltará como Filho do homem na sua glória. Assim ninguém poderá achar injusto o seu julgamento, porque ele passou por todas as nossas experiências, menos a do pecado. Se Cristo agisse só na base de ser Filho de Deus alguém poderia dizer que assim seria fácil vencer. Pelo emprego desse título, Jesus revelou a natureza de sua obra.

O FILHO DE DEUS

Jesus não usou muito este título; é muito encontrado em João e nas epístolas de Paulo. Certamente que encontramos a idéia nos evangelhos sinóticos.

Jesus nunca disse formalmente que era Filho de Deus, mas deu a entender.

Quando Jesus se refere ao Pai, não emprega o termo no mesmo pé de igualdade conosco, dizia sempre: “vosso Pai”, e “meu Pai” e não “nosso Pai”.

Entretanto, Jesus foi declarado o Filho de Deus, no batismo, no monte da transfiguração, ali Deus o Pai, disse: “a Ele ouvi!” Uma semana antes Pedro não quis aceitar a idéia do sofrimento de Jesus. Aqui Deus diz para que acatassem a sua palavra. Também na tentação de Jesus, o tentador disse: “Se tu és Filho de Deus...”. Jesus não disse que não era. Também pelo gadareno temos a mesma atitude.

Na grande confissão, quando Pedro disse que Jesus era o Filho de Deus, aquilo era uma revelação de Deus na base da experiência que tinham os apóstolos com Jesus.

Eticamente não ficava bem Jesus dizer que era Filho de Deus. Ele estava perfeitamente identificado com o Pai. Fazia as obras que só Deus podia fazer. Quem pode perdoar pecados, senão Deus? Eles estavam certos em dizer isso, mas negavam que Jesus o fosse. Não fica bem uma pessoa dizer de si mesma. A pessoa é suspeita, quando assim o faz, por isso Jesus fala na terceira pessoa.

Por que, então, Jesus não empregou esse título em relação a si mesmo, diretamente? Quando Jesus estava sob o sinédrio e foi inquirido sobre se era o Filho de Deus, não respondeu, disse apenas: “Tu o disseste” (Mt 26.64). No motivo da pergunta estava a resposta, ou a resposta estava na pergunta. Se havia razão de perguntar é porque era. O sumo sacerdote queria uma resposta para fins jurídicos, não que tivesse dúvida. É sempre melhor deixar que os outros descubram. Não devemos estranhar a falta de referência direta de Jesus a respeito do assunto.

Na confissão, quando Pedro diz que Jesus era o Filho de Deus, aquilo era uma revelação de Deus na base da experiência que tinham os apóstolos com Jesus.

SIGNIFICADO DO TERMO NO ANTIGO TESTAMENTO

Já encontramos-lo no Antigo Testamento, em Gênesis, quando diz que os filhos de Deus tomaram as filhas dos homens. Filhos de Deus aqui significando os crentes em linguagem cristã.

O termo é também empregado em Salmo 82.6-7, falando das autoridades (deuses) como filhos de Deus.

Os próprios israelitas são chamados filhos de Deus (Dt 14.1-2).

SIGNIFICADO DO TERMO NO NOVO TESTAMENTO

Para Jesus que significava? Jesus empregou o termo num sentido todo especial. Seria esse um termo ético ou genético? Evidentemente que é ético, porque a Bíblia trata de relações éticas, e são estas as relações entre Jesus e Deus. Havia entre eles comunhão perfeita. Geneticamente falando não se admite a eternidade de Deus. É Filho de Deus no sentido ético, de comunhão, de cooperação.

FILHO DO HOMEM E FILHO DE DEUS

Como vamos harmonizar as duas idéias? O homem foi criado à imagem de Deus. Onde estava a imagem do homem antes de ter sido ele criado? Estava na divindade: o homem foi feito à imagem de Cristo.

Por esta razão pode Jesus tomar a forma de homem porque a imagem de homem estava nele. Ele pode perfeitamente ser chamado Filho do homem e Filho de Deus. As duas idéias se encontram: é ele mediador entre Deus e o homem. Em Cristo temos o homem perfeito e o Deus perfeito.

PATERNIDADE DE DEUS

Na paternidade de Deus constitui a verdadeira teologia de Jesus. Era objetivo principal de Jesus: revelar Deus como Pai celestial. Esta é a própria teologia de Jesus. O ensino de Jesus teve por base o monoteísmo ético que encontramos no Antigo Testamento. Jesus ensinou a paternidade de Deus, entretanto não o procurou definir Deus, pois não se pode defini-lo. E não há desvantagem nenhuma, visto que a esfera da revelação de Jesus era revelar Deus aos homens. Desse assunto Jesus teve pleno conhecimento (Mt 11.27). Não há desvantagem alguma em admitir este fato. A esfera da revelação de Jesus era revelar Deus aos homens. Ele apenas disse que “Deus é espírito”, não estava definindo, mas estava descrevendo, estava dizendo que Deus era uma pessoa.

Jesus nos trouxe a revelação da paternidade de Deus. Essa idéia não era nova, pois já a temos no Antigo Testamento. Entretanto não como Jesus a apresentou. No Antigo Testamento a idéia aparece como ilustração. “Assim como o Pai se compadece do seu filho...” (Sl 103.13).

A idéia israelita a respeito de Deus no Antigo Testamento era do Deus como um rei, num monoteísmo ético. Justamente foi esta a idéia que Jesus nos mostrou a respeito de Deus. Monoteísmo ético quer dizer que são várias pessoas entre si. Na revelação de Cristo temos: Deus, o Pai; Deus, o Filho; Deus, o Espírito Santo. Três pessoas. O termo “mono” a respeito da Trindade se aplica a um grupo, um grupo de três. Isso é monoteísmo ético. Essa existência de várias pessoas constitui a unidade do governo de Deus. O governo de Deus é exercido por três pessoas distintas, formando uma unidade de propósito. Três pessoas que têm as mesmas qualidades divinas. Em inglês há uma palavra para expressar esse governo de Deus “Godhead” que pode ser traduzida por “deidade”. Quando se trata de Deus, trata-se de três pessoas que têm o mesmo propósito, em plena harmonia, que cooperam para o mesmo

fim. Formando, assim, uma unidade ética, como temos, por exemplo, em nosso estado brasileiro, os três poderes que chamamos de “governo” que cada um deve promover para o bem-estar de cada indivíduo da sociedade.

As pessoas da Trindade possuem todos os poderes divinos, havendo esferas que pertencem a Cristo, outras que pertencem ao Espírito Santo; é questão de economia divina. Assim é que temos: Deus, o Pai amou o mundo (os homens). Deus, o Filho veio ao mundo para realizar a obra da salvação dos homens. Temos, depois, o Espírito Santo convencendo o homem do pecado, levando-o a Cristo para ser salvo.

Na base da experiência histórica aprendemos que Cristo é o mediador, entretanto podemos orar a qualquer pessoa da Trindade.

A idéia que Jesus revela a respeito da paternidade de Deus é de um monoteísmo ético. Quando Jesus diz: “Eu e o Pai somos um” dizia ética e metafisicamente, isto é, os dois visavam o mesmo propósito. Exemplo: no matrimônio, qual é o laço que une as duas pessoas? É um filho: uma terceira pessoa. Não pode haver união completa sem que haja três. Para que haja um monoteísmo ético, é preciso que haja três. Um grupo social só se completa a partir de três. Quando duas pessoas têm um objeto comum, então esse objeto une as duas pessoas.

Será que Deus é Pai de todos os homens? Ele é o criador de todos, mas nem todos são seus filhos. Geneticamente todos são filhos de Deus, mas eticamente não, só o são a partir de quando tratamos das relações entre Pai e Filho, isto é, eticamente.

Sendo Deus Pai celestial ele trata os homens na sua providência como pai com relação ao universo físico, à providência das coisas materiais. O que Deus providencia na natureza física é para todos os homens. Quando, porém, se trata da previdência ética, espiritual a relação de homem para com Deus deve ser de confiança do homem, sabendo que ele existe; que é nosso Pai celestial e conhece as nossas necessidades.

A idéia do Antigo Testamento a respeito de Deus era de Deus como Rei, como soberano. No Novo Testamento temos Deus como Pai. Jesus trouxe essa nova revelação e exemplificou-a com a sua própria vida; de modo que se quisermos saber o que é Deus devemos olhar para Jesus Cristo.

Essa idéia da paternidade de Deus é que constitui a base da fraternidade entre os homens. Enquanto os homens não reconhecerem Deus como Pai, não poderão reconhecer os outros homens como irmãos.

Como Jesus exemplificou a paternidade de Deus? No exemplo da parábola do “Filho Pródigo”. Deus como Pai e os dois filhos como a humanidade. Jesus exemplificou de modo prático a ação de Deus como Pai para todos os homens.

O objetivo da revelação de Jesus era revelar Deus aos homens.

A NATUREZA DO HOMEM E DO PECADO

Jesus não procurou descrever a origem do homem, mas indiretamente deu a entender sua constituição. Quando proferiu a parábola do rico insensato: um materialista que não se lembrava da sua alma, falou em matéria e espírito (alma).

O homem mesmo caído no pecado não perdeu o seu valor intrínseco. O homem tem dentro de si as potencialidades para atingir o alvo para o qual Deus o criou. O pecado é que impediu o homem de alcançar o alvo. O homem então precisa ser liberto do pecado para alcançar o mesmo.

O PECADO NO HOMEM

No Antigo Testamento a idéia era de que só havia pecado quando havia um ato consumado. A idéia do pecado no Antigo Testamento era “errar o alvo”. O homem estava separado de Deus. Jesus deixou isso bem claro quando disse que o homem estava perdido, isto é, perdido de Deus, separado de Deus. Jesus não se preocupou

em explicar a origem do mal e do pecado. Para Jesus o pecado era universal e procedia do coração. O pecado está nos motivos e não nos atos apenas, dizia ele. Para Jesus também o pecado era progressivo; pensamento, palavra, ato, repetição, insistência. O pecado é cada vez mais difícil de ser vencido.

Jesus fazia distinção entre graus do pecado. Exemplo: os pecadores de Sodoma e Gomorra, eles não seriam tão castigados quanto os de Cafarnaum e Corazim. Jesus ensinou que haveria mais rigor de acordo com o grau de responsabilidade. Defendia muito a inocência da criança. Considerava de muita responsabilidade a ofensa a um pequenino, justamente porque ele não podia se defender. Havia muito maior responsabilidade nisso de que na ofensa a um adulto que podia se defender.

Quanto ao pecado contra o Espírito Santo é a rejeição determinada e proposital da salvação. O Espírito Santo é quem opera a convicção no pecador, esse trabalho é feito na consciência lógica, na mente. Jesus falou a respeito do pecado contra o Espírito Santo quando os judeus atribuíram a Satanás obras que ele fazia. Eles fizeram aquilo deliberada e propositadamente. Pecar contra o Espírito Santo é rejeitar a salvação, sabendo que está rejeitando a salvação de sua alma.

O HOMEM NO PECADO

Jesus não discutiu, se o homem era constituído de duas ou três partes, mas deu ênfase ao seu valor. Qual a situação do homem de acordo com Jesus? Qual é a maior calamidade que Jesus encontrou no homem? Foi que o homem estava perdido; foi esse o termo mais expressivo que Jesus empregou a respeito do homem. Isto significa que o homem não alcançou o alvo proposto por Deus; perdeu-se.

Uma coisa perdida não quer dizer que não tenha dono, e é um dever do dono procurar o que perdeu. Jesus usou esse termo “perdido”, demonstrando que o homem estava separado, sem recurso.

Cristo tinha por obrigação moral e divina de buscar aquilo que era seu, porque o homem foi criado à sua imagem e semelhança.

O pecador, potencialmente, estava destinado à perdição, mas o homem não estava totalmente depravado. O pecador não deixa de ter alguma coisa boa: “vós que sois maus sabeis dar boas coisas a vossos filhos” (Mt 7.11). O ser humano talvez não possa realizar o bem, às vezes, mas pode desejar o bem. O pecador, por pior que seja, tem grande valor diante de Deus (Mt 11.29), pois Jesus se fez amigo dos pecadores. Em Lucas 10.30, Jesus foi acusado por fazer-se amigo dos pecadores.

O pecador, por mais afundado que esteja no pecado, tem valor diante de Deus. Esse valor é intrínseco porque o homem é portador da imagem de Deus.

A VERDADEIRA JUSTIÇA

Justiça é dar ao indivíduo o que ele merece. É o cumprimento dos nossos deveres para com os outros. Sendo direito esperar que os outros também cumpram suas obrigações para conosco. É cumprimento de deveres mutuamente. Trata-se de direitos e deveres.

Justiça é um termo social, trata das nossas relações com os outros, relações que podem ser nossos deveres e nossos direitos, e também as nossas relações pessoais com Deus.

Infelizmente a idéia de justiça se relaciona com punição. Mas na linguagem bíblica o termo “justiça” não tem, necessariamente, este sentido, se bem que está incluída a idéia. O aspecto do castigo é apenas eventual.

O termo “justiça” é também um termo moral, social e religioso. Jesus disse: “Se a vossa justiça não exceder a justiça dos fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus” (Mt 5.20). Essa é a diferença entre a justiça da Lei e a do Reino de Deus. Jesus também disse: “Buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e todas as demais coisas vos serão acrescentadas” (Mt 6.33. Isto é,

buscai o Reino de Deus para a salvação e depois o cumprimento dos deveres sociais para com o próximo, que é a justiça.

Qual é, então, a justiça dos fariseus? Era uma justiça externa, baseada somente numa Lei externa, escrita, era uma justiça puramente social, objetiva. No Antigo Testamento a pessoa era considerada justa quando não praticava coisas condenadas na Lei; era uma justiça negativa.

No ensino de Jesus, que é justiça? Jesus falava de motivos. Para Jesus a justiça devia ser interna, subjetiva; não consistia em obras, mas em atitudes; era o amor a Deus e ao próximo. Foi nesse sentido que Jesus completou a Lei.

“Sede vós perfeitos, como é perfeito o vosso pai que está nos céus” (Mt 5.48). Essa idéia de perfeição está ligada com a de justiça. Aqui Jesus falava de relações pessoais, sociais, de tratar bem a todos. Nisto devemos ser perfeitos. Não significa que tenhamos alcançado a perfeição, no sentido de sermos sem defeitos.

Qual é mais fácil, ser perfeito diante de Deus ou diante dos homens? Evidentemente é mais fácil ser perfeito diante de Deus; porque Deus sabe o que é perfeição. Os homens não sabem julgar seus semelhantes, porque não podem julgar os motivos, pois a verdadeira perfeição está nos motivos. De modo que, quando Jesus disse que devíamos ser perfeitos não era no sentido de não termos defeitos. O homem, mesmo tendo os seus defeitos, pode ser agradável a Deus. Temos um exemplo em Davi, que era “um homem segundo o coração de Deus” (At 13.22).

A perfeição está em termos motivos verdadeiros diante de Deus. Essa perfeição manifestou-se com fé de nossa parte, humildade, mansidão, adoração.

Estas são maneiras pelas quais se cumpre a justiça. Uma pessoa perfeita é aquela que serve a Deus e serve também ao próximo; que ama a Deus e também ao próximo. De modo que a justiça é

perdoar as ofensas, perdoar-se a si próprio. O amor sem a compreensão é cego.

A SALVAÇÃO MESSIÂNICA

Conforme encontramos nos evangelhos sinóticos – lemos em Lucas 19.10 que Jesus “veio buscar e salvar o que se havia perdido” (Lc 19.10).

Que significa salvação no Antigo Testamento? Era pertencer ao povo israelita; é estar dentro da Lei.

No ensino de Jesus, que é salvação? É ser participante do Reino dos céus nos seus aspectos redentivos, é ter comunhão com Deus, é ser “rico para com Deus” (Lc 12.21). “Que adianta ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?” (Mc 8.36). É estar registrado no céu. (Lc 10.20).

Quando se fala em “salvação messiânica” o assunto principal é a obra redentora de Cristo Jesus. Em Marcos 14.22-24 lemos que Jesus veio para entregar seu corpo e derramar seu sangue “por vós”.

O grande problema, porém, para nós, é compreendermos a interpretação que o próprio Jesus deu à sua morte.

Jesus não empregou o termo “morte” com referência à sua pessoa; falou em padecimento, sofrimento etc., mas não em morte. Encontramos, sim, o termo empregado nas epístolas.

Quando Jesus começou a ensinar que iria padecer? Somente bem mais tarde no seu ministério, depois da grande confissão de Pedro etc. Por que só o fez assim tarde? Não era necessariamente, porque os discípulos não estavam preparados, pois eles só vieram compreender a morte de Jesus Cristo no Pentecostes. Mas, muito antes Jesus já havia ensinado a respeito do assunto. Realmente Jesus começou a ensinar bem mais tarde a respeito de sua morte, mas a idéia já existia desde o princípio. João Batista já havia fala-

do “no Cordeiro de Deus” ai já estava implícita a idéia de sacrifício. Também na apresentação de Jesus no templo Simeão falou acerca do sacrifício. Também na apresentação de Jesus no templo, Simeão falou acerca do sofrimento de Jesus.

Jesus só entrou diretamente no assunto, quando os discípulos o reconheceram como o Messias embora não compreendessem ainda o sentido da morte de Jesus. Quando eles entenderam que Jesus era o Messias então receberam a explicação sobre o que significava ser o Messias: para isso devia entregar sua vida em sacrifício pelos homens. Era preciso que primeiramente Jesus fosse reconhecido como o Messias, para depois explicar o que significa isso.

Encontramos em Marcos 10.45 o termo “resgate”. Qual é sua explicação? Era pagar a vida de alguém para salvá-lo, assim acontecia com os escravos. Essa era uma linguagem comercial, era uma ilustração e não uma interpretação. Tomando o termo como uma interpretação poderia surgir o seguinte problema: “Quem recebe, então, o pagamento do resgate? A transação é feita com quem?” Por isso devemos entender esse termo como uma ilustração, apenas. Jesus tinha de usar ilustrações para facilitar a compreensão dos discípulos.

Qual, então, é a interpretação de Jesus sobre a sua própria morte? Ainda em Marcos 10.45 encontramos a interpretação, na palavra de Jesus: “Dar a vida”.

Dar a vida é muito diferente de morrer, apenas. Dar a vida é morrer voluntariamente. A morte foi apenas uma modalidade de dar a vida. Dar a vida não é um ato, mas um processo; nesse processo está incluída a morte.

De acordo com a Palavra de Deus, o Novo Testamento tem por base o seu sangue, “o sangue do Novo Testamento”. A morte de Cristo é a base do novo pacto; da nova relação entre Deus e o homem. É na base do sacrifício de Cristo que está a realidade do arrependimento e da pregação do arrependimento.

Em Lucas 24.25-47 vemos a explicação do próprio Cristo, do significado do seu padecimento. Antes da morte de Jesus já se pregava o arrependimento, mas a pregação do arrependimento só começa com toda a força e seus efeitos só no dia de Pentecostes e depois.

Por que não houve muito resultado de conversões na pregação de João Batista e até do próprio Jesus? Porque a obra por parte de Jesus ainda não estava completa; por isso não podia haver os devidos resultados.

O homem só reconhece que está em falta quando comete o ato. O pecado só pode ser reconhecido quando cometido, quando produz seu efeito. Antes do ato cometido a pessoa pode se arrepender, mas é um arrependimento que não vale muito. Foi a mesma coisa que aconteceu com os judeus: João Batista e Jesus tinham pregado o arrependimento, mas eles não se arrependeram. Depois da crucificação de Jesus e após a sua ressurreição dos mortos, Pedro lança no rosto deles: “Vós o crucificastes” (At 2.23). Eles não poderiam dizer que não; então muitos se arrependeram.

Quando foi que os homens, realmente, puderam compreender que Jesus era o Cristo? Só depois da ressurreição. Por isso Pedro afirmou assim: “Deus o fez Senhor e Cristo” (At 2.36). Somente então havia uma prova objetiva, do que era a ressurreição de Jesus.

João diz que ele “veio para os seus e os seus não o receberam” (Jo 1.11). Os judeus crucificaram a Jesus, tornando-se isso como um fato da sua experiência. Quando mais tarde ouviram a pregação da vitória de Jesus, não podiam negá-la porque tinham percebido isso na sua morte.

No Calvário Jesus disse: “Pai perdoa-lhes porque não sabem o que fazem” (Lc 23.34a). Os que sabiam o que estavam fazendo não foram alcançados por esta oração de Jesus. Aqueles que o fizeram por ignorância, agora estavam levantando as mãos e perguntando o que deviam fazer. De modo que só depois da morte de Cristo é que se tornou possível uma interpretação doutrinária da salvação.

Só depois de completar a obra é que o Espírito Santo pode interpretar a salvação. O Espírito Santo só atuou para a salvação objetivamente depois da obra de Cristo completada. Naturalmente havia crentes antes disso, mas esses crentes não tinham a experiência que os de mais tarde tiveram. Evidentemente, eles receberam a atuação do Espírito Santo, mas não podiam compreender a sua própria salvação. Estar salvo pela fé é uma coisa, mas interpretar a salvação é outra coisa.

De acordo com o ensino de Jesus, a Igreja é constituída de pessoas que têm Cristo no seu coração. Mas Pedro, em sua confissão, não compreendeu aquela revelação de Deus e a declaração de Jesus, nem podia pensar no seu alcance. Só depois é que o Espírito Santo pode interpretar a salvação. Só o pode compreender no dia de Pentecostes. O Espírito Santo só atuou para a salvação objetivamente só depois da obra de Cristo estar completa.

As condições para a salvação são: arrependimento dos pecados e fé em Jesus.

Quando o moço rico veio a Jesus, este lhe diz: “conhece os mandamentos?”, “guarda-os?”. “Se queres ser perfeito vai vendo tudo quanto tens”. O moço era dominado pelo dinheiro, guardava formalmente os mandamentos, porém ao seu redor havia pobres. Se quiseses ser perfeito no sentido material. O estado espiritual se manifesta na vida material e é aí que se manifesta sua liberdade. Quando se desprende das coisas materiais por Jesus, se preciso for, ele se torna vigoroso no sentido espiritual.

Pedro tinha praticado o ato, mas estava preocupado com a recompensa, com a indenização. O coração tinha ficado preso ao que tinha deixado.

O que Jesus quis ensinar ao moço foi um desprendimento completo.

Jesus quando falou sobre a salvação disse que veio para dar a sua vida em resgate de muitos. Veio para entregar o corpo e a vida. É

uma ilustração e não uma interpretação. Deu o resgate a quem? Uma ilustração não é uma interpretação em si. Temos: Redenção, resgate, salvação, todos esses termos são ilustrações nunca uma interpretação.

Em “salvação” temos a idéia de um perigo e de seu livramento, mas não explica a finalidade de livramento do perigo. É mais do que se livrar de um perigo.

IGREJA

Só os evangelhos sinóticos tratam deste assunto. No Evangelho de João não há nada sobre a igreja.

Jesus empregou o termo três vezes em duas ocasiões. O ensino, porém, é completo nessas duas referências.

Na primeira vez que ele falou sobre o assunto, empregou uma só vez o termo (Mt 16.18); na segunda vez empregou duas vezes (Mt 18.17). Nestas duas ocasiões ele disse o que podia dizer sobre a Igreja. O que os outros disseram depois foi uma ampliação prática daquilo que Jesus tinha dito. Encontramos em Jesus a doutrina completa da Igreja.

Quando foi que apareceu a Igreja?

Ainda em Atos 2.47, não encontramos o termo “Igreja”. Pois no original não o encontramos. Primeiro surgiram os fatos, as experiências e depois os termos. Em Atos aparece a palavra “igreja” só no capítulo 6.

A CONSTITUIÇÃO DA IGREJA DE ACORDO COM OS ENSINOS DE JESUS

De acordo com Jesus a igreja é constituída de pessoas salvas. Jesus mencionou-a só depois de ser reconhecido como o “Cristo, o Filho do Deus vivo” (At 16.16).

Jesus disse: “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (Mt 16.18). Que pedra era esta de que Jesus estava falando?

A Igreja Romana afirma que a igreja está fundada sobre Pedro, ele seria a base.

Outros afirmam ser a pedra é a confissão ou declaração de Pedro, isto é, Cristo estava em Pedro, como demonstra a verdade de que Pedro dissera haveria de edificar a sua Igreja. De acordo com o ensino de Jesus, a Igreja é constituída de pessoas que têm Cristo no coração. Assim é preciso que Cristo esteja no homem; isto é básico para a Igreja. De modo que Pedro é o homem que tem Cristo no coração. Não precisamos ter medo de dizer que Pedro foi a primeira pedra para a edificação para a Igreja. Portanto, era a declaração de Pedro, que foi revelada por Deus. A revelação estava em Pedro, como demonstra a verdade que ele dissera. Assim é preciso que Cristo esteja no homem; isto é básico para a Igreja.

A pedra é Cristo no homem. Cristo achado e reconhecido como salvador. Cristo no homem, qualquer homem não somente Pedro. Cristo achado e confessado. Quando Cristo está no homem e o homem confessa isso, surge a igreja. Só é possível a igreja, onde há pessoas que aceitam a Cristo como salvador.

Nós conhecemos o Cristo através da pessoa histórica chamada Jesus.

Mais tarde Pedro disse que Jesus foi feito o Cristo, isto é, foi reconhecido como o Cristo.

Então Jesus disse que sobre a verdade que Pedro declarou sobre aquela experiência, futuramente, haveria de edificar a sua Igreja. Logo a Igreja é composta de homens que têm Cristo e que confessam Cristo. De modo que Pedro é o homem que tem Cristo no coração.

De acordo com o ensino de Jesus, a Igreja é constituída de pessoas que têm Cristo no coração. Mas não compreendeu o alcance da-

quela declaração de Jesus. Só pode compreendê-lo no dia de Pentecostes.

A Igreja, portanto, surgiu espontaneamente com o Pentecostes.

Não podia haver igreja antes que Cristo completasse a sua obra. Não podia haver igreja antes das obras serem interpretadas pelo Espírito Santo, não havia experiência para surgir igreja. Antes disso seria impossível. Se surgisse antes da morte de Cristo, ele não precisava ter morrido. Havia elementos potencialmente. Eram crentes judaicos, e não crentes evangélicos como dos depois do Pentecostes. Na prática, sem dúvida, foi depois. Pedro falou com inteligência e entendimento depois do Pentecostes. Antes deste evento já eram salvos.

MISSÃO DA IGREJA

“... e as portas do inferno não prevalecerão contra ela”. Aqui está expressa a tarefa da igreja. “Portas do inferno” significam “poder da morte”. A igreja deve resistir, tomando a iniciativa de atacar as portas do inferno, o poder das trevas. Derrubar as portas do inferno; atacar e destruir; eis a missão da igreja. Destruir o pecado e o seu poder neste mundo. Tudo o mais a respeito da igreja está incluído aqui.

A idéia nessa passagem “e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” é de uma fortaleza. Quando a igreja toma a iniciativa, as portas do inferno não resistirão seu poder atuante e dinâmico. Atacar o poder das trevas. Destruir o poder que traz a morte sintetiza o trabalho da igreja, o resto é apenas método. “Este mundo jaz no maligno” e a igreja deve atuar libertando os homens desse poder.

“AS CHAVES DO REINO”

Quando Jesus falou em “chaves do Reino dos Céus” estava ainda demonstrando a tarefa da igreja. Chave na linguagem bíblica significa poder.

Quem tem o poder para abrir a porta do Reino do céu? Claro está que é qualquer crente. É o crente, narrando a sua experiência com Cristo. É o crente através de sua experiência. Paulo quando voltou de sua primeira viagem missionária, relatando nestes termos: “... como (Deus) abrisse aos gentios a porta da fé” (At.14.27).

“LIGAR E DESLIGAR”

Ligar e desligar na linguagem bíblica significa permitir e proibir.

Jesus nessa passagem não se refere a pessoas, quando menciona ligar e desligar, mas falou a respeito de coisas (tudo o que); refere-se à conduta. Aí o sentido é com relação à conduta do crente.

Mas, Jesus estabeleceu regras ou princípios de conduta? Naturalmente que estabeleceu princípios. Porém, os princípios precisam ser interpretados para serem aplicados, e quem vai fazer isto é a igreja ou aqueles que constituem a igreja. Os princípios são imutáveis, mas a aplicação é mutável. É antes a igreja que permite e estabelece a conduta para os crentes de acordo com estes princípios.

O que é permitido na terra é permitido no céu. Até hoje é assim. A igreja julga a conduta visível. O saber se é salvo ou não é questão que não nos compete, não é da nossa alçada. Aprovar e não aprovar a conduta isto nos pertence. A expressão é: “aquilo que” é não “aquele que”. São coisas e não pessoas.

Esta linguagem de Jesus: “o que tu ligares...” não dá autoridade a Pedro; apenas mostra que a autoridade na interpretação dos princípios do evangelho está no indivíduo.

As chaves do Reino de Deus demonstram poder. Nós podemos apressar ou retardar a propagação do Reino de Deus.

ORDENANÇAS DA IGREJA

As ordenanças do Cristianismo são símbolos. O valor de um símbolo é para a coletividade, portanto para fins sociais. O indivíduo

como tal não precisa de símbolo, basta ele ter a experiência pessoal.

Os símbolos são necessários para fins externos, que significam à coletividade.

Por que Jesus deixou símbolos? Confessar a Cristo é um ato social e não subjetivo. Como então pode o indivíduo confessar a Cristo para fins públicos? O convertido submetido ao batismo dá um testemunho por um ato público da sua conversão. E o público que não tem a experiência da conversão só compreende o ato. Nas nossas reuniões públicas precisamos de atos públicos para o testemunho. No Cristianismo é assim: sem um ato publico ninguém pode testemunhar.

Quanto à Ceia é para lembrança, porque o esquecimento faz parte da natureza humana. Pela Ceia, Jesus quis que os crentes se lembrassem sempre da sua morte, para a salvação deles.

Em conexão com a Ceia, Jesus estabeleceu, não só a idéia de sua morte, mas também a da sua 2ª Vinda. Quando observamos a Ceia do Senhor nós compreendemos e reavivamos também a sua promessa de que ele vai voltar. Isto é para o fortalecimento de nossa vida cristã. Está mais viva na mente dos homens a morte de Cristo do que o seu nascimento, porque comemoramos a sua morte com mais frequência.

Essas ordenanças têm significados simbólicos e sociais. O batismo é um ato social, um testemunho público. A Ceia é observada pela igreja como coletividade, significando a nossa união com Cristo, a fraternidade com os irmãos. Assim também a Ceia tem o seu significado social.

Os aspectos sociais do Cristianismo dependem de símbolos que sejam objetivos a todos e que também tenham um significado espiritual.

A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

A Segunda Vinda de Cristo é, sem dúvida alguma, assunto difícil. Jesus falou sobre o assunto, na maioria das vezes, incidentalmente, quase sempre em conexão com outros assuntos. Os próprios discípulos não compreenderam a matéria, portanto, não puderam registrar com precisão. O assunto era como que um quadro em que há coisas mais distantes e outras mais perto, entretanto, tudo está num mesmo plano. Logo, quando Jesus, discorreu sobre o assunto, falou de coisas mais distantes e de outras mais próximas; por isso encontramos dificuldades para entender.

Outra dificuldade é que este assunto não fazia realmente parte da esperança messiânica que os judeus tiveram. Era assunto totalmente novo para os judeus, para os discípulos. No Antigo Testamento o povo não teve nenhuma preocupação quanto ao futuro.

O dia da segunda vinda não está marcado. Leva em consideração o elemento humano. A revelação não estabelece tempos. O essencial é saber que ele voltará.

Jesus falou sobre a segunda vida em cinco ocasiões diferentes:

1. Quando estava mandando os doze discípulos para uma viagem evangelística (Mc 6.7-11; Mt 10.1-42, com especialidade o v. 23; Lc 9.1-5). Nesta ocasião Jesus estava dando instrução aos discípulos não somente referente ao trabalho imediato deles, mas também ao trabalho posterior.
2. Depois da grande confissão de Pedro (Mc 8.38-9.1; Mt 16.27-28; Lc 9.26-27). Aqui temos a referência da segunda vinda relacionada com a vinda do Reino de Deus.
3. Na última viagem para Jerusalém (Lc 17.20-28). Há nesta passagem os seguintes pontos principais:
 - 1) A vinda do Reino será, primeiramente, invisível;
 - 2) Haverá uma vinda final;

- 3) Antes, porém, Jesus precisará sofrer e ser rejeitado;
- 4) Jesus usa duas ilustrações: a dos tempos de Noé e de Sodoma e Gomorra.
- 5) A segunda vinda trará uma separação repentina.
4. No discurso escatológico, no monte das Oliveiras, na terça-feira da semana da paixão (Mc 13.1-37; Mt 24 e 25; Lc 21.5-36). Aí Jesus falou sobre a destruição de Jerusalém como também sobre a segunda vinda e o fim do mundo.
5. Na ocasião do seu julgamento (Mc 14.62; Mt 26.64; Lc 22.69). A passagem de Lucas foi dita perante o sinédrio, quando estava finalmente reunido em caráter legal.

Os pontos evidentes nestas passagens todas são:

1. Ele estava falando da vinda do Reino de Deus com poder.
2. Estava relacionando o assunto da sua segunda vinda com o assunto da destruição de Jerusalém.
3. Ele anunciou uma segunda vinda universal e visível.
4. Os discípulos depois, realmente, esperaram essa segunda vinda de Jesus para breve.

Quanto à segunda vinda, Jesus ensinou incidental e diretamente; porém, não marcou tempo. O sinal que ele deu foi: "... quando o evangelho for pregado a todas as nações" (Mt 24.14).

Apesar de ser assunto um pouco obscuro, temos algumas coisas bem claras:

1. Será repentina.
2. Jesus virá como o "Filho do Homem" e nessa qualidade julgará os homens.

Haverá então um julgamento. Para que um julgamento, se os homens já terão a sua situação definida? O julgamento será para co-

nhecimento de todos; será um ato declarativo. Cada um será conhecido por todos ou como salvo ou como perdido. Será conhecido também o motivo da situação de cada um. Dada a declaração, a consciência julga, aprovando ou desaprovando.

A base desse julgamento será: “O que fizestes a um desses pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25.45). A base é servir a Cristo na pessoa do próximo. Muitos podem servir ao próximo sem servir a Cristo. Há que se considerar os motivos, pois muitos servem não por amor ao próximo, mas por amor a si mesmos e outros como atos beneméritos ou humanitários.

II Parte

A TEOLOGIA DE JOÃO

CARACTERÍSTICAS

Nas Escrituras temos os seguintes tipos de Teologia: a de Pedro, na qual predomina o sentimento; a de Tiago, quase sem doutrina nenhuma, tudo é prático; a de Paulo, onde predomina a argumentação. Na teologia de João observamos a contemplação; é uma teologia contemplativa. João contempla tudo, tendo uma visão ampla das coisas.

No evangelho de João encontramos uma narrativa da vida de Jesus diferente das narrativas dos outros evangelhos. João escreveu com a finalidade de mostrar a pessoa de Jesus e suas atividades. Estava escrevendo para gente dada a pensar. Escreveu para filósofos. Portanto, encontramos no Evangelho de João que o centro é a pessoa de Cristo. João procura realçar a pessoa de Cristo. De modo que a chave da interpretação de todas as coisas é a pessoa de Jesus. Os outros evangelhos estão mais preocupados com as obras e ensinamentos de Jesus; João coloca em evidência a própria pessoa de

Cristo. Por essa razão é mais difícil de se entender o seu evangelho.

João não fala muito de Reino de Deus. Isto porque Jesus empregou o termo para alcançar o interesse dos ouvintes. Porém, há uma idéia mais elevada do que Reino de Deus, que é vida. João não relata muito do que Jesus falou sobre o Reino, mas o que ele disse sobre a vida. Narrando as obras e os ensinamentos de Jesus, João se preocupou em interpretá-los. O elemento predominante em João é a interpretação e não a narrativa. Em João temos uma interpretação madura, filosófica da pessoa e da obra de Jesus.

Em João encontramos grandes verdades em torno das quais giram coisas menores: encontramos a idéia de luz, de amor, de vida. João é de certo modo dado a apresentar antíteses, tanto no terreno metafísico (carne e espírito) como no terreno moral (o bem e o mal). João trata também da vida presente e da vida futura. Não faz distinção, realmente, entre a vida presente e a futura. Apresenta uma religião espiritual, puramente espiritual e ética. Uma religião ética é uma religião de relações pessoais. A religião não está na doutrina, nem nas obras, mas nas relações pessoais, na comunhão com Deus.

A teologia de João é essencialmente espiritual e ética; e não argumentativa e lógica, embora tenha lógica também. Mas o fato é que não se preocupa com o argumento, preocupa-se, sim, em mostrar as coisas. A pessoa que vê não precisa de argumento. O meio mais certo de saber é ver (Jesus disse aos discípulos que queriam saber onde ele morava, a resposta foi: “vinde e vede”).

A influência da teologia de João tem sido ainda muito pouco compreendida pelos teólogos em geral. Nós estamos muito mais preocupados com a argumentação do que com o caráter puramente espiritual do Cristianismo. A teologia existente até agora é mais de Paulo e de Pedro e menos a teologia de João.

Talvez esse fato aconteça porque a teologia de João é mais difícil, pois conhecer a pessoa de Jesus é mais difícil do que conhecer as suas obras e os seus ensinamentos.

DOCTRINA DE DEUS

É de acordo com João que sabemos que a missão essencial de Jesus foi revelar Deus como Pai (Cap. 1).

Embora encontremos nos outros evangelhos a menção de Deus como Pai, é no evangelho de João que essa idéia é mais enfatizada. É mais em João que encontramos o esforço que Jesus fez para passar a idéia de Deus como o Pai. Exemplo: Jesus dizia: “Credes em Deus” e acrescenta: “crede também em mim” (Jo 14.1,2). Era necessário que eles cressem em Jesus, no que ele ia dizer, isto é, que na casa de seu Pai havia muitas moradas. Daí para diante Jesus não mais empregou, nesse discurso o termo Deus. Jesus falou tanto no Pai, como os discípulos disseram: “mostra-nos o Pai” (Jo 14.9).

QUE É DEUS DE ACORDO COM JOÃO?

1. DEUS É ESPÍRITO

A idéia bem clara que João deixou é que Deus é Espírito, direta, clara à mulher samaritana (Jo 4.21).

Não se pode definir o Espírito. Há uma idéia filosófica que espírito é aquilo que não é matéria.

Dizendo-se que Deus é espírito, não se está definindo, mas descrevendo-o. Em linguagem bíblica espírito quer dizer pessoa (1Jo 4.1). Aí João emprega o termo “espírito” no sentido de profeta (no caso aí, falso profeta) ou pessoa. Neste texto são sinônimos.

Nas Escrituras quando encontramos o termo espírito podemos substituí-lo por pessoa. Nas Escrituras não encontramos a palavra

“pessoa”, porque esta é de origem latina e o Novo Testamento foi escrito em grego, assim o não podemos encontrar nas Escrituras.

Dizendo-se que “Deus é espírito”, significa que Deus é uma pessoa. Jesus disse à mulher samaritana que Deus era uma pessoa, que aqueles que o quisessem adorar deviam adorá-lo, não como um corpo, mas como uma personalidade.

Quando Jesus estava descrevendo Deus como uma pessoa, não estava tratando da essência de Deus, não estava empregando o termo metafisicamente; estava falando do ponto de vista espiritual ou moral.

Quando disse que Deus é espírito estava dizendo que Deus não estava limitado por espaço. O problema quanto ao verdadeiro lugar de culto não tinha mais razão de ser, pois Deus não está limitado a um lugar. Deus é uma pessoa livre das limitações da matéria. É essa a primeira idéia que encontramos em João a respeito de Deus.

Jesus deixou claro que Deus é uma pessoa que não depende de lugar, é ilimitada. Quando falamos em pessoa temos a idéia de corpo. Jesus não o estava discutindo ou empregando o termo metafisicamente. Estava falando do ponto de vista espiritual ou moral. Não foi a preocupação dizer que era imaterial. O problema quanto ao verdadeiro lugar de culto não tinha mais razão de ser, pois Deus não estava limitado a um lugar. Deus é um ser livre das limitações da matéria. É esta a primeira idéia a que encontramos em João a respeito de Deus. O homem devia adorar a Deus com a personalidade toda; não é um ato físico, mas da personalidade toda. Não é nova a idéia, mas está aqui enfatizada.

2. DEUS É AMOR

Em João 3.16 e 17.24, temos algo a respeito do amor de Deus. O capítulo 17 de João tem muita importância, porque vemos uma pessoa divina dirigindo-se a outra pessoa divina sobre assunto pertencente à eternidade e a este mundo. Temos muito material de revelação nessa oração de Jesus.

Notamos no capítulo 17 que o primeiro objeto do amor de Deus foi o próprio Cristo (“antes da fundação do mundo”). O segundo objeto do amor foi o homem, o crente, os seus discípulos (Jo 17.23). O terceiro objeto do amor de Deus foi o mundo. Devemos entender o “mundo” como o “universo” (kosmos). Deus amou a sua criação toda; amou a sua obra, mas ela ficou prejudicada com a queda do homem. O homem, no entanto, precisa do universo todo; o universo é o seu campo de treinamento, trazendo o benefício de desenvolvimento e contribuir para que o homem reconheça a grandeza de Deus.

3. DEUS É LUZ

Em 1 João 1.5 vemos que “Deus é luz”. João disse que essa mensagem ele receber de Jesus, mas não temos passagem alguma que afirma isso nos evangelhos, explicitamente. Isso que João disse era apenas o resumo, uma conclusão do que Jesus disse a respeito de Deus, a essência. Quando João diz que Deus é luz, significa que Deus pode ser compreendido, conhecido.

João emprega o termo luz no sentido de que em Deus não há pecado, dúvida. Não há nada que precisa ser escondido, que não pode ser conhecido. Não há mistérios que estão negados ao homem se há coisa que o homem não conhece é porque o homem não está em condições de compreender, entender. A mensagem toda pode ser compreendida e compreendida. Não há problema nenhum. Está ao dispor do homem para seu conhecimento.

Esta idéia de João é encontrada em algumas religiões, como no zoroastrismo. Em João 14.7 vemos Jesus ensinando que Deus pode ser conhecido. Se alguém não conhece a Deus é porque não conhece a Jesus Cristo.

4. DEUS É NOSSO PAI

O Homem tem necessidade de tornar-se filho de Deus, mediante a fé em Jesus Cristo. Isso encontramos no prólogo do evangelho de

João (1.11,12). O termo Pai é empregado 119 vezes no Evangelho de João.

5. DEUS É SANTO

Em João 17.11 Jesus declara que Deus é Santo.

RELAÇÃO DE JESUS PARA COM DEUS E O MUNDO

A relação de Jesus para com Deus e o universo é apresentada principalmente, no evangelho de João.

No prólogo (1.1-18) Jesus é designado como “logos”.

Esse termo é usado para mostrar a divindade de Cristo. Nos Provérbios encontramos a sabedoria personificada, e essa sabedoria é encontrada no Antigo Testamento. A idéia de uma pessoa perfeita e sábia está no Antigo Testamento.

Na filosofia grega o termo tinha um significado metafísico. João não empregou o termo num sentido metafísico, mas o fez para fins históricos.

Encontramos nessa introdução do evangelho de João, algumas características do “logos”.

1. Era Eterno – Este princípio não é relativo ao tempo, mas à existência, isto é, o logos era existente, estava face a face com Deus.
2. Era Criador – Todas as coisas foram feitas por ele. Observando-se Gênesis 1.1 parece que há uma contradição com essa afirmação de João. O termo “princípio” pode ser substituído por “Cristo”.
3. Era a Luz – Jesus era a luz dos homens, porque era a revelação para eles, como exemplo também. Era compreensão, interpretação, esperança, salvação. Isaías diz: “Aqueles que habitavam à sombra da morte resplandeceu a luz” (Is 9.2b).
4. O termo “logos” significa “palavra”, “verbo”. Que é palavra? É um símbolo convencional para transmitir pensamentos e senti-

mentos. O homem se comunica por meio de uma palavra ou de uma pessoa. Deus para se revelar aos homens o fez não apenas por meio de uma palavra, um símbolo, mas por intermédio de uma pessoa. Por isso Jesus disse: “quem me vê a vim, vê ao Pai” (Jo 14.9). Esse é um meio da revelação por excelência. De modo que o logos não é um mero vocábulo, mas uma pessoa. Por isso disse João “nele estava a vida”. A Lei pode ser dada, mas “a graça e a verdade vieram...”. Por isso João disse: “O verbo se fez carne e nós vimos” (Jo 1.14). Nós não ouvimos somente, mas vimos. Esse conhecimento, não depende do raciocínio, da lógica.

O “logos” é a revelação de Deus na pessoa de Jesus Cristo.

A relação de Jesus para com Deus é que ele é Filho de Deus; relação ética e não metafísica necessariamente.

João fala em “Unigênito do Pai”. Esta expressão está empregada no sentido ético e não genético. A relação de filiação entre Cristo e Deus é uma relação especial, que não pode ser comparada à nossa relação com Deus; por isso Jesus nunca disse nosso Pai, mas “meu Pai” e “vosso Pai”. Esta relação entre Jesus e Deus foi reconhecida pelo fato dele fazer as obras que só Deus podia fazer. Foi nessa base que Nicodemos se interessou por Jesus.

Um último apelo que Jesus fez aos homens foi que eles, já que não podiam compreender de outro modo, que cressem nele, pelo menos, na base das obras que fazia.

Por que Jesus fez milagres? Os milagres são designados com o nome de sinais, e um sinal é para uma prova. Os milagres são as credenciais de Jesus. O mundo, no começo do Cristianismo, reconheceu que nos apóstolos havia realmente poder, porque também eles faziam milagres. Os milagres eram as credenciais necessárias. Os milagres não eram finalidade em si mesmos.

A IDÉIA DE JESUS A RESPEITO DO PECADO

Jesus não definiu o pecado, mas o exemplificou. Para Jesus, de acordo com João, quem está no pecado está nas trevas. Trevas da

ignorância, do mal (Jo 3.19-20). O pecado é estado de morte, de escravidão (João 8.34). O pecado não pode ser definido, porque é um elemento estranho no homem, porque não tem razão de ser no mundo, não é justificada a sua presença. O pecado não tem lugar, racionalmente falando, na natureza humana. O pecado não se explica, nem se pode relacionar com as outras coisas. Não se pode mostrar suas origens. O pecado não é apenas praticar atos, mas é amar ao mundo, amar as trevas. Em 1 João lemos: “Não ameis o mundo...”. Idolatria é dividir o amor que devemos ter para com Deus. Portanto baseados nesses fatos, podemos dizer que o pecado é indefinível.

A IDÉIA DE JESUS SOBRE SATANÁS

Em João 12.31 vemos a idéia de Jesus sobre Satanás:

1. Príncipe deste mundo;
2. Pai da mentira (Jo 8.44);
3. Assassino desde o princípio (Jo 8.44).

O ENSINO DE JESUS SOBRE O ESPÍRITO SANTO

Jesus não falou muitas vezes no Espírito Santo; só o fez casualmente. Porém, falou bastante sobre o assunto na noite em que foi traído, no discurso de despedida dos seus discípulos (João 14-16). Aqui encontramos o ensino completo a respeito do Espírito Santo. Não se pode acrescentar nada ao que Jesus disse naquela noite. Se alguém quiser compreender bem a doutrina do Espírito Santo é preciso começar com o ensino de Jesus. Assim como Jesus é interpretado a nós pelo Espírito Santo. Assim também Jesus é o intérprete do Espírito Santo para nós. O Espírito Santo não fala de si mesmo.

Como é que Jesus apresenta o Espírito Santo?

1. Como continuador da sua obra neste mundo.
2. Como consolador.

3. Como Espírito de verdade, isto é, Espírito da interpretação; é ele quem nos interpreta todas as coisas.

A esfera da atuação do Espírito Santo é a nossa mente. Os discípulos não tinham compreendido quase nada do que Jesus tinha feito. A única coisa que eles tinham compreendido era que Jesus tinha vindo de Deus (João 16.22).

A obra do Espírito Santo no crente é guiar na interpretação das coisas. Os discípulos abriram os olhos do entendimento no dia de Pentecostes.

Jesus prometeu o Espírito Santo para que Ele o glorificasse nos homens. Jesus não prometeu o Espírito Santo para a operação de milagres e sinais visíveis. Jesus falou da obra essencial do Espírito Santo; não falou das coisas incidentais, externas, visíveis do Pentecostes não eram obra do Espírito Santo, mas de Deus, que operou aqueles sinais para marcar uma inauguração de uma nova época. A obra do Espírito Santo é essencialmente da compreensão das coisas.

A DOCTRINA DA SALVAÇÃO

Nos evangelhos sinóticos o assunto dominante é o Reino de Deus, enquanto, no quarto evangelho é a vida eterna.

De acordo com João a salvação é interpretada em termos de “vida” e em todos os seus aspectos: “Eu vim para que tenham vida e vida em abundância” (Jo 10.10b). De acordo com os sinóticos “Jesus veio buscar e salvar o que se havia perdido” (Lc 19.10). Para compreendermos a doutrina da salvação em João, é preciso termos conhecimento da constituição do homem. De acordo com João temos os seguintes pontos a respeito da salvação:

1. O oferecimento da salvação.

A salvação é oferecida por Jesus e em Jesus. Ele veio para que tivéssemos vida e vida em abundância. “Nele estava a vida e a vida era a luz dos homens”. Jesus disse que era o pão da vida.

A salvação foi oferecida também como relação da verdade (Jo 6.51). “Eu sou o pão vivo que desceu do céu. Se alguém comer deste pão, vi verá para sempre...”.

“O verbo se fez carne...” Logo, Jesus aqui não está falando do seu corpo, mas da sua vida terrena, pois em João 1, “corpo” significa “vida terrena”. Esta vida é que é o pão para nós. É nestes termos que a salvação é oferecida.

2. A aceitação da salvação.

Qual o caminho para se aceitar a salvação? É preciso crer. Encontramos em João sempre o verbo crer. Em todo o evangelho de João aparece o verbo “crer”. O verbo aparece quase sempre no particípio presente, denotando os que são caracterizados por esta atitude de crer. O apelo não é para entender, mas para crer. Crer é aceitar (Jo 6.28-29). Crer também envolve conhecer, a amar a Deus por experiência. Temos várias ocasiões em João onde se diz que os discípulos creram nele (Jo 2.11;11-16;14.15. O homem aceita a salvação por esse processo de crer, confiar, entregar-se, submeter-se.

Na obra da salvação nós devemos ser passivos.

Na obra da santificação nós devemos ser ativos.

3. A natureza da salvação.

Que é estar salvo? É nascer de cima. Em João 1.13 vemos que estar salvo é ter nascido de Deus. Ser salvo é ter relação filial e pessoal com Cristo.

4. A eternidade da salvação.

Nos evangelhos sinóticos a vida eterna refere-se principalmente ao futuro; em João a vida eterna já é um fato presente. “Aquele que crê em mim tem a vida eterna.” Quando se trata da duração da vida eterna, essa eternidade é essencialmente ética, não está se referindo tanto à duração de tempo no tocante à sua duração. Não é questão somente de tempo, mas de qualidade. A salvação é eterna pela sua própria natureza.

ESCATOLOGIA

A escatologia de João difere muito da escatologia dos outros evangelhos. João não discute diretamente os aspectos externos ou históricos dos assuntos escatológicos. João não tem a menor dúvida a respeito das coisas escatológicas, de modo que não se preocupa muito com os aspectos históricos.

Os assuntos escatológicos são:

1. A Segunda Vinda;
2. A Ressurreição;
3. O Juízo Final.

A SEGUNDA VINDA

Qual o termo predileto de João quando trata desse assunto? Vemos em 1Jo 3.2-3; “manifestar”. João emprega o termo “manifestar-se”. Para João a idéia fundamental sobre o assunto é que a presença de Cristo já é um fato presente. Em forma invisível, espiritual, Jesus está conosco “Eis que estou convosco todos os dias”. A segunda vinda será apenas a manifestação do invisível. É deixar de ser invisível. Temos a idéia da segunda vinda em vários aspectos ou sentidos conf. João 14.2-3:

1. A segunda vinda no sentido particular, individual ou pessoal. Há uma escatologia individual e pessoal, e também universal. Geralmente quando pensamos em segunda vinda nos limitamos a

uma escatologia universal. Porém, quando o crente deixa este mundo, para ele Cristo já veio; veio para ele como indivíduo. Aqui a segunda vinda tem o significado particular.

Os crentes primitivos esperavam a segunda vinda de Cristo para breve. Não estavam errados porque cada crente tem que estar preparado para receber Cristo enquanto estiver vivendo.

2. A segunda vinda no sentido parcial, apenas para os que aceitam a Jesus Cristo. O termo é empregado nesse sentido quando se refere ao Espírito Santo no seu advento (João 14.18).

3. A segunda vinda no sentido universal. Temos aqui a vinda final de Jesus.

A RESSURREIÇÃO

De acordo com João, Jesus falou muitas vezes sobre a ressurreição. A ressurreição não é tanto espiritual como física. A idéia da ressurreição está ligada à idéia da vida. Em se tratando da ressurreição espiritual, refere-se à conversão: quando passamos da morte para a vida nós estamos tornando vivos, espiritualmente falando. Quando se fala da ressurreição final e universal é um assunto físico, referindo-se ao corpo, à matéria.

A ressurreição baseia-se na própria pessoa de Cristo. Em João 11.25 Jesus disse: “Eu sou a ressurreição e a vida...” Jesus é a garantia da ressurreição. Também é exemplo da ressurreição, é o fato objetivo do que é a ressurreição. Essa palavra tinha sido dita na ressuscitação de Lázaro. Ressuscitação é apenas o prolongamento da vida terrena. Cristo ressurgiu dos mortos para nunca mais sofrer a morte. Podemos assim fazer distinção entre “ressuscitação” e “ressurreição”. Lázaro e tantos outros experimentaram a “ressuscitação”, enquanto que Jesus experimentou a “ressurreição”. Experiência esta que só ele teve e por esta razão Paulo afirma que ele é o primeiro ou “sendo as primícias dos que dormem” (1Co 15.20b). Ele é a amostra ou a prova objetiva do que acontecerá conosco na ressurreição final.

O JUÍZO FINAL

A salvação também envolve o juízo para aqueles que não aceitam essa salvação. Embora Cristo não viesse para julgar e condenar aqueles que não aceitam a salvação; são eles mais responsáveis. De modo que, quem prega o evangelho produz sempre dois efeitos: salvação para os que crêem ou condenação maior para os que na crêem.

Haverá dois tipos de Juízo Final:

1. Julgamento pessoal (Jo 12.47; 8.15);
2. Julgamento como consequência da consciência moral que existe no homem (Jo 15.22; 9.39).

Juízo nesse caso é uma consequência inevitável da obra de Cristo.

A morte de Cristo foi o julgamento desse mundo, porque foi na sua morte que o príncipe deste mundo foi vencido (Jo 12.31). O mundo foi condenado junto à cruz de Cristo. Tudo que Satanás pode fazer foi levar Jesus à cruz. Jesus não reagiu como os adversários esperavam que ele fizesse. Nesse procedimento de Jesus, o príncipe deste mundo foi derrotado. A não reação de Jesus foi a derrota para Satanás, como também a sua não permanência no túmulo.

Para o crente o juízo não constitui um problema (1Jo 4.17). O crente não entrará no juízo. O Juízo final tem por base não somente a promessa, mas também a nossa natureza moral. Se não houvesse um julgamento final a História e a Humanidade não teriam explicação, porque muitas coisas que os homens fazem, não receberiam justiça. Se não houvesse juízo não poderíamos dizer que o homem é racional. “A história do homem é também o juízo do mundo” (Schiller), porque é na História que os homens recebem a consequência de seus atos. Com a consumação da História virá o juízo final. De modo que aquilo que Jesus prometeu está em completa harmonia com a natureza do homem e com a História.

III Parte

A TEOLOGIA DOS ATOS DOS APÓSTOLOS

Nos primeiros capítulos dos Atos encontramos a aplicação prática dos ensinamentos de Jesus. Aqui encontramos o começo do Cristianismo como religião histórica. O Cristianismo propriamente dito é nova vida independente da forma visível, histórica nos seus aspectos práticos, aspectos estes que se modificam nos tempos. O Cristianismo propriamente dito é a nova vida independente de forma visível histórica. É nos Atos dos Apóstolos que encontramos o começo do Cristianismo histórico. Por esta razão o livro dos Atos é importante, principalmente, nos primeiros capítulos, para se verificar como os ensinamentos de Jesus começaram a ser postos em prática. Encontramos também o exemplo de como devemos propagar o Cristianismo.

Como começou o Cristianismo?

Começou com as primeiras pregações dos apóstolos. Exemplo: as de Pedro, as de Filipe, as de Estevão, as de Paulo etc. A vida dos crentes primitivos. A influência que teve a morte, a ressurreição de Jesus Cristo. Vamos começar a entender aquilo que estudamos teoricamente.

Como o Cristianismo foi o cumprimento do Judaísmo?

O Cristianismo histórico começou com o Pentecostes, com a vinda do Espírito Santo. Até então na vida e ensinamentos de Jesus, mas não como Cristianismo histórico.

1. O Cristianismo foi implantado não como doutrina, mas como vida, vida esta que foi sendo interpretada produzindo a doutrina, a interpretação e aplicação teórica do Cristianismo na vida prática. A mesma coisa que vemos no ministério de Jesus: Ele começou vivendo ou vivenciando.

2. A base da teologia de Atos e dos crentes primitivos era a ressurreição de Cristo. Os crentes primitivos não procuraram divulgar os

ensinos de Jesus, mas principalmente, a ressurreição. Se não fora a ressurreição tudo o mais ficaria em segundo plano.

Não havia, propriamente, separação entre o Cristianismo e o Judaísmo. A diferença era que os cristãos tinham uma nova vida em si mesmos. Historicamente continuariam como os judeus.

Em que consistia o Cristianismo primitivo?

Qual a diferença entre os cristãos primitivos e os outros? A diferença estava na atitude para com Jesus Cristo. Uma nova atitude para com ele. Os discípulos creram na ressurreição de Jesus Cristo, os outros não creram. Os Atos dos Apóstolos descrevem a vida dos cristãos primitivos como uma só, uma unidade, uma comunhão, um novo sentimento, uma nova atitude. Nada de concepções teológicas. Nem pensam no começo, na separação dos judeus. As coisas externas do Judaísmo iam decrescendo aos poucos, porque a nova vida que havia nos cristãos ia rompendo a vida antiga. Os velhos moldes começaram a ser rompidos.

Assim como a árvore rompe a casca velha, assim também aconteceu com o Cristianismo em relação ao Judaísmo. Não foi isso imposto por regra. Houve uma organização da igreja de Jerusalém? Não, surgiu gradativamente. Começou o Cristianismo pelo método do fermento.

O Cristianismo tinha por base a ressurreição de Jesus. Essa experiência foi sendo interpretada pelo Espírito Santo. O simples fato, porém, da ressurreição, sem a vinda do Espírito Santo no dia de Pentecostes, não teria produzido nenhum efeito, que levasse os apóstolos a formarem uma religião histórica. Mesmo depois da ressurreição de Jesus os apóstolos não tomaram nenhuma iniciativa para estabelecer o Cristianismo. Por exemplo, a atitude de Pedro foi a de continuar n seu trabalho anterior: “vou pescar”.

O Cristianismo e o Judaísmo não estavam separados distintivamente. A distinção que havia era que os cristãos tinham uma determinada atitude para com Cristo, que os outros não tinham.

O Cristianismo começou com uma nova vida em crentes primitivos, vida esta, que, gradativamente, ia se separando do Judaísmo. Foi a nova vida daqueles que creram em Jesus que rompeu os moldes da religião judaica. A separação completa foi um movimento trabalhoso.

O principal líder neste rompimento foi o apóstolo Paulo. O Cristianismo em si é atitude; relação pessoal do indivíduo com Cristo. O histórico são coisas visíveis, organizações que vieram depois.

O Cristianismo foi implacável não como doutrina, mas como vida. Vida esta que foi sendo interpretada produzindo a doutrina, a explicação teórica do Cristianismo na vida prática. É a mesma coisa que vemos no ministério de Jesus: Ele começou vivendo.

Quais as experiências que tiveram os cristãos nesta nova vida? A experiência principal e única foi a ressurreição. Essa experiência foi tão profunda que não podemos descrevê-la. Os discípulos precisaram de quarenta dias para se acostumarem com as aparições de Jesus, a ponto de obedecerem à convocação; dirigirem-se ao local determinado por ele onde aconteceu a ascensão. A base da teologia de atos e dos crentes primitivos era a ressurreição de Cristo. Os cristãos primitivos não procuraram divulgar os ensinamentos de Jesus, mas principalmente a sua ressurreição que foi o triunfo da fé. Se não fora a ressurreição tudo o mais ficaria em segundo plano. Não havia propriamente separação entre Cristianismo e Judaísmo. A diferença era que os cristãos tinham uma nova vida em si mesmos. Historicamente continuaram com os judeus.

3. Começou com a experiência da vinda do Espírito Santo. O Cristianismo tinha por base a ressurreição de Jesus. Essa experiência foi sendo interpretada pelo espírito Santo. O simples fato, porém, da ressurreição, sem a vinda do Espírito Santo no dia de Pentecoste não teria produzido nenhum efeito que levasse os apóstolos a formarem uma religião histórica. Mesmo depois da ressurreição de Jesus os apóstolos não tomaram nenhuma iniciati-

va para estabelecer o Cristianismo. Por exemplo, a atitude de Pedro foi a de voltar para o seu trabalho anterior: “vou pescar”.

O Cristianismo e o Judaísmo não estavam separados distintivamente. A distinção que havia era que os cristãos tinham uma determinada atitude para com Jesus Cristo que os outros não tinham.

O Cristianismo começou com uma nova vida nos crentes primitivos, vida esta que, gradativamente, ia se separar do Judaísmo. Foi a nova vida daqueles que creram em Jesus que rompeu os moldes da religião judaica. A separação completa foi com um movimento trabalhoso.

4. O Cristianismo começou como uma comunhão na base de experiência tinham “uma só alma”. O que reúne pessoas é a experiência comum.

Os apóstolos até o Pentecostes não estavam unidos, pois Pedro ia voltar à pescaria. Experiências objetivas, externas, não são suficientes para estabelecer uma comunhão entre pessoas. Com a vinda do Espírito Santo a experiência objetiva tornou-se subjetiva; o Espírito Santo glorificou Cristo neles. A unidade entre os apóstolos tornou-se “unidade do Espírito”, conforme Paulo.

5. O primeiro resultado visível foi uma nova atitude para com os bens materiais.

O Cristianismo começou, não como doutrina, mas como vida. É a mesma coisa que vemos no ministério de Jesus: ele começou vivendo.

Quais as experiências que tiveram os cristãos primitivos nesta nova vida? A experiência principal e única foi a ressurreição. Essa experiência foi tão profunda que não podemos descrevê-la. Os discípulos precisavam de 40 dias para se acostumar com os aparecimentos de Cristo, a ponto de dirigirem-se a ele: isto no dia da ascensão.

Temos também a experiência do dia de Pentecostes, que foi a compreensão de todas as experiências anteriores com Cristo.

Qual foi o milagre no dia de Pentecostes? Foi o sermão de Pedro, pois tudo lhe apresenta agora esclarecido. Pedro que não compreendia as coisas agora falava inteligentemente. Estava falando com clareza, explicando o que estava acontecendo.

Foi no dia de Pentecostes que eles começaram a interpretar as suas experiências com Jesus, e desta interpretação surgiu o Cristianismo nos seus aspectos práticos. Quem interpreta Cristo é o Espírito Santo.

Quando Pedro disse que Jesus tinha ressuscitado dos mortos os ouvintes, os que tinham crucificado a Jesus, disseram: “Que faremos?” A resposta de Pedro foi “arrependei-vos!”. Agora começa a doutrina.

Depois como aspecto prático, temos aqueles que foram batizados, permanecendo na doutrina, no ensino dos apóstolos. Qual o aspecto prático nesse novo grupo de pessoas? Eles formavam uma unidade espiritual. Essa unidade foi criada pelo Espírito Santo. Pessoas que têm as mesmas experiências estão unidas. Esta unidade foi chamada de “igreja”.

Tiveram também uma nova atitude para com a vida material. Não se consideravam proprietários de coisa algumas; ninguém dizia que o que tinha era seu. Aquilo que tinham não consideravam como coisa sua, mas como meio para servir a Jesus através do próximo.

Qual a outra experiência que concorreu para o estabelecimento da comunidade? Foi o caso de disciplina de Ananias e Safira. Aquela foi uma evidência mostrada pelo Espírito Santo de como deve ser o ambiente da vida cristã. Aquilo foi uma demonstração prática do que deve ser a vida cristã.

Esse caso de disciplina teve como efeito a separação entre o Cristianismo e o Judaísmo. Vemos em Atos 5.11 que “havia grande temor.” Os que estavam dentro ficaram mais unidos, porém quanto aos outros não se ajuntaram com eles. Esse foi o efeito do pri-

meiro caso de disciplina é que se fala em igreja, e também vamos encontrar a distinta separação entre cristãos e não cristãos.

A separação não foi formal, mas aconteceu aos poucos. A igreja surgiu gradativamente. Vemos, então, que a igreja primitiva formou-se por esse processo. Não houve uma organização de igreja. O aspecto administrativo como é que surgiu? Os apóstolos tomavam decisões de acordo com a natureza do caso. Por exemplo, a eleição dos chamados “diáconos” foi determinada pelas necessidades do trabalho. Tudo isto sob a direção do Espírito Santo.

O Judaísmo era religião de uma nação. Para fazer parte dela tinha que nascer nela.

O Cristianismo começa com o indivíduo crendo em Jesus e viver a nova vida.

A separação entre o Cristianismo e o Judaísmo foi gradativa.

A ORGANIZAÇÃO DA IGREJA

A organização da igreja aconteceu de acordo com a necessidade. Quando surgiu a necessidade surgiu a distribuição de responsabilidades. Conclui-se que a organização é um meio para melhorar o trabalho. Organização de acordo com a necessidade. O diaconato apareceu exatamente quando havia coisas em excesso para os apóstolos fazer.

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DO CRISTIANISMO PRIMITIVO

Qual era a teologia dos crentes primitivos, quanto à doutrina? Tinham algum sistema doutrinário? Eles pregavam a pessoa de Cristo e não os seus ensinamentos. O aspecto doutrinário do Cristianismo primitivo era a interpretação da pessoa de Cristo. Interpretaram Jesus como sendo o Messias. Disseram que Jesus tinha sido ungido por Deus; que a ressurreição de Jesus era a sua evidência e suas credenciais. Os apóstolos deram testemunho da ressurreição de Cristo. Pedro diz que Deus tinha feito Jesus “Senhor e Cristo”. De modo que não foi o ensino de Jesus, mas a sua pessoa que foi a

mensagem dos crentes primitivos. Foi nesta base que o Cristianismo se propagou.

O poder de Cristo manifestou-se na conversão dos quase três mil, mas outras conversões depois e manifestou-se também como Filho de Deus, pois em Atos, Jesus não mais é chamado de Filho do homem, como vemos em 5.31; 10.42; 13.16. A pessoa de Cristo era o assunto da teologia dos crentes primitivos.

O 1º assunto foi a interpretação do Messias. Pedro diz que ele foi ungido por Deus (At 4.27; 10.38) linguagem do Antigo Testamento.

Os milagres de Jesus, sua ressurreição e sua exaltação eram suas credenciais. A autoridade de Jesus e o seu poder eram exemplificados na cura do coxo: “Em nome de Jesus”. Foi Deus quem glorificou o seu Filho. É na interpretação do Messias que aparece o título “Senhor” no sentido divino 2.36; o título Filho do homem só aparece em 7.56. A interpretação da pessoa de Jesus está baseada na experiência dos apóstolos: exaltado, feito Juiz, objeto da fé. Assim surgiu o aspecto doutrinário do Cristianismo.

COMO ENCARARAM A MORTE DE CRISTO?

Como Pedro encarou a morte de Cristo a princípio? Classificou-a como crime (2.22-24). A primeira interpretação da morte de Cristo era um crime que os homens tinham cometido. Ato criminoso. Mas Deus anulou o que os homens fizeram e tornou em derrota a obra dos homens. O ato dos homens foi sobrepujado por Deus (2.25; 32). Na “Presciência de Deus” estava a morte de Cristo, isto é, dentro do plano de Deus. Portanto, a morte de Cristo foi interpretada como: 1) Crime; 2) Dentro do plano de Deus e virá depois como Juiz.

Eles pregaram nesta base depois do Pentecostes. Eles pregaram a salvação por intermédio de Jesus (4.12). Essa salvação era tanto pessoal como coletiva (3.23) e universal (2.29).

A SALVAÇÃO

A salvação foi interpretada pelos cristãos como sendo alcançada por meio de Jesus (4.12); por meio do arrependimento e não há outra. Essa salvação era tanto pessoa ou individual, como coletiva (3.23) e universal (2.39).

Interpretação da pessoa de Cristo, da morte de Cristo, da sua obra de salvação era um aspecto doutrinário.

SEPARAÇÃO ENTRE O JUDAÍSMO E O CRISTIANISMO.

A separação entre o Judaísmo e o Cristianismo foi gradativa. A separação não foi formal. A princípio os cristãos e outros estavam juntos até o primeiro caso de disciplina. Estevão foi o primeiro que previu a separação entre Cristianismo e Judaísmo. Foi se pois em casa de Cornélio que o Cristianismo passou as fronteiras sob a direção do Espírito Santo. Apesar da resistência de Pedro.

No Concílio de Jerusalém, passados alguns anos, foi então que consumou-se a separação formal, oficial, teológica, doutrinária. O líder nessa ocasião foi Paulo. Na prática já tinham se separado. Tudo isso foi sob a direção do Espírito Santo. Tiago disse: “pareceu bem a nós e ao Espírito Santo ...” Foi assim que o Cristianismo se tornou independente do Judaísmo.

Como chegaram à conclusão que o cristão não devia guardar a Lei? Como resolveram o problema? Foi dirigida pelo Espírito Santo. Como Paulo teve a certeza de que agiu de acordo com o Espírito Santo? Temos aqui o exemplo para resolver qualquer problema.

Não podemos enfatizar demais a teologia dos Atos porque há os seus aspectos práticos. Encontramos o método como implantar o Reino de Deus e o método para se chegar à conclusão de uma doutrina.

O MÉTODO USADO

Chegaram à conclusão que Judaísmo é uma coisa e Cristianismo é outra. Isto reflete a interpretação lógica para um fato doutrinário. O Concílio é narrado no capítulo 15 de Atos dos Apóstolos.

OS PASSOS DADOS:

1. A experiência de Pedro. Era sempre o primeiro a falar e mencionar a sua experiência de que modo foi chamado para pregar aos gentios. Depois da experiência de Pedro, Barnabé e Paulo mencionam a sua (15.12).

2. A fala de Tiago: Pedro, Paulo e Barnabé narraram suas experiências; agora com isso concorda as palavras dos profetas: Escritura de Amós. Diante desses fatos, eu julgo que não devemos perturbar aqueles (15.19).

1) Fatos: as experiências; casos particulares;

2) Geral: anunciado pelo profeta em tese, em geral.

As experiências só se tornam válidas por que concordam com os profetas.

Lógica:

Proposição maior: Profecia universal;

Proposição menor: Experiências particulares;

Conclusão: Deus está fazendo o que anunciou.

Qualquer assunto só tem valor doutrinário quando está de acordo com a Bíblia. Escreveram a carta dizendo: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós”, isto é revelação da verdade. Quando nossa experiência concorda com a Escritura está certa e é verdadeira. Experiências particulares e a Escritura é a conclusão que é a revelação do Espírito Santo, pois este trabalha na mente.

Conclusão: Os gentios não precisam ser molestados com os ritos judaicos.

REVESTIMENTO DE PODER

Quando e como os cristãos primitivos foram revestidos de poder? Os apóstolos o foram no dia de Pentecostes. E os outros quando? A princípio só os apóstolos “davam testemunho”. Os outros não fizeram nada por algum tempo. Só depois que apareceram outros pregadores. Quando vieram as perseguições, foi então que começaram a trabalhar, e a divulgar a Palavra. Aquele período de permanência em Jerusalém foi o período de estudo, de doutrinamento. Foi a preparação deles para a obra posterior. Quando estavam preparados assim, então estavam revestidos de poder.

Que é, então, poder espiritual? Poder espiritual vem quando temos compreensão, convicção para enfrentar o mundo. Uma pessoa apenas corajosa, mas que não compreende as coisas não pode ir muito longe. O poder vem quando a pessoa tem certeza do que é e do que fez. O poder vem quando temos posse da verdade.

Foi assim que os outros crentes foram preparados para a obra, para a sua missão. É este o processo pelo qual se pode e deve-se preparar o ser humano. Se alguém quiser se revestir de poder deve estudar a Bíblia. Esperar o poder só pela oração, com alguns pensam, é heresia.

PENTECOSTES

1. Os sinais foram para atrair a multidão.
2. As línguas foram para abrir a mente do povo. Todos entenderam na sua língua a mensagem de Deus e que deixou tudo esclarecido, causando o impacto e milhares de conversões.
3. O milagre foi o discurso de Pedro.

IV Parte

A TEOLOGIA DE TIAGO

Esse Tiago era meio “irmão do Senhor” Jesus. O seu cargo nos tempos dos apóstolos era o de pastor da igreja de Jerusalém. Escreveu esta carta aos judeus dispersos, os que estavam sofrendo tribulações e perseguições. Escreveu-a para confortá-los.

A carta de Tiago é uma carta muito prática e quase não há nada em forma de doutrina. Há muita coisa semelhante entre a carta de Tiago e o Sermão do Monte. A carta de Tiago reflete o pensamento de Jesus muito de perto.

Havia classes em conflito, umas contra as outras. A carta de Tiago foi escrita para esclarecer a razão de certos problemas; para encorajar os crentes para que não ficassem desanimados; “tendes grande gozo quando passardes por várias provações”.

Havia na igreja classes sociais em conflito, umas contra as outras; ricos e pobres, especialmente. Afirma ele que na igreja não há lugar para distinção entre pobres e ricos. Não deve haver lugar de destaque para o rico. É questão de espírito; não deve haver distinções entre classes.

A FINALIDADE DA CARTA

Tiago diz: “se alguém tem falta de sabedoria, peça a Deus...”. Essa é a sabedoria de compreender que as provações concorrem para a nossa espiritualidade. O fato das provações concorrerem para o benefício é racionalmente impossível. Ninguém pode compreender esse fato por meio de raciocínio; e se assim for, deve-se pedir sabedoria a Deus para compreender esse fato. Tiago reconhece que só progredimos quando passamos apertos. É a necessidade que nos faz crescer.

Ninguém, racionalmente, pode ficar feliz com a provação. Isto é coisa do campo espiritual.

A IDÉIA DE DEUS

Temos várias coisas a respeito de Deus: Deus resiste aos soberbos; os homens devem sujeitar-se a ele, chegar-se a ele. Deus é Juiz e Legislador (4.4-7). Temos a idéia de Deus como a encontramos no Antigo Testamento. Por exemplo, que Deus é imutável.

Tiago também tem a idéia de Deus de acordo como o encontramos no Novo Testamento: “Deus é Pai” (1.17). Deixa transparecer pelos termos que emprega que Deus é Senhor, Pai, zeloso, bondoso etc.

IDÉIA A RESPEITO DO HOMEM

Vemos em 3.9, “com ela (a língua) bendizemos ao Senhor e pai, e com ela amaldiçoamos aos homens que foram criados à imagem de Deus”.

Tiago tinha a idéia de que o homem é feito à semelhança de Deus. Isso reflete o ensino do Antigo Testamento. O homem está sujeito a ser tentado; e precisa guardar-se da corrupção do mundo; precisa fazer a escolha entre Deus e o mundo (4.4). Se o homem é amigo do mundo será inimigo de Deus e vice-versa.

IDÉIA A RESPEITO DO PECADO

Temos uma passagem (4.4) muito interessante sobre a origem do pecado. Tiago só explica a origem do pecado dentro da experiência do homem, mas não metafisicamente; não anterior à nossa experiência. O pecado começa com o desejo e que uma vez consumado, gera a morte.

A SALVAÇÃO EM CRISTO

Temos quatro pensamentos sobre esse assunto:

1. Para Tiago a salvação é o novo nascimento (1.18-19). Praticamente esta é a única referência ao novo nascimento, à regeneração. Podemos comparar isso com a palavra de Jesus a Nicodemos como também com a idéia de arrependimento nos evangelhos sinóticos. Arrependimento é exatamente esta mudança de atitude, de pensamento, enfim, de tudo. De acordo com Tiago a salvação é obra divina no homem.

2. Também fala da salvação em termos de eleição e promessa (2.5-6). Este é o aspecto histórico da salvação. Quando Tiago fala em eleição tem em mente o propósito divino. A finalidade histórica é uma coisa e finalidade espiritual, permanente é outra coisa.

Para Tiago o reino ainda está no futuro. A tendência do Cristianismo é dar ênfase mais no futuro do que no presente. É mais fácil o crente pensar na bem-aventurança, no céu do que aqui na terra.

3. Tiago fala sobre a vida cristã como a Lei da liberdade (1.25). A palavra verdade há de tornar-se no crente a Lei da liberdade. Como se harmoniza Lei com liberdade? Que é esta Lei perfeita? Tiago era judeu e estava muito forte nele o aspecto legalista do Cristianismo. Para Tiago, o Antigo Testamento tinha se tornado uma Lei perfeita para a liberdade. Em Tiago a Lei tornou-se perfeita. Que Lei era esta? Cristo quando veio, veio completar, aperfeiçoar a Lei. Para Tiago essa Lei estava completada, aperfeiçoada.

A Lei estava escrita no coração e quando está no coração é uma Lei da liberdade, pois a pessoa não a adquire por pressão externa.

4. Para Tiago a salvação era mediante Jesus Cristo (2.1). Tiago pouco fala sobre Jesus Cristo. Begehlag diz que isso é o fato mais notável na carta de Tiago. Nas poucas vezes que aparece o nome de Jesus, traz tudo o que se deve saber a respeito. Isto se explica

porque Tiago era (meio) irmão carnal de Jesus. Se ele falasse muito a respeito; alguém poderia invocar isso para combatê-lo.

Para Tiago Jesus é o Cristo, o Messias (2.1). Considerava-se a si mesmo, servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo (1.1). Para Tiago o nome de Cristo não é apenas um título, mas um nome próprio.

RELAÇÃO ENTRE A FÉ E AS OBRAS

De acordo com Tiago o homem é justificado pela fé e pelas obras. Tiago diz que Abraão foi justificado não só pela fé, mas pelas obras também. Haverá alguma diferença entre Paulo e Tiago? Paulo diz que a justificação vem pela fé e não pelas obras.

A fé só é válida quando produz obras: aquele que crê mostra a sua fé pelas obras. A fé não pode ser uma coisa oculta, sem atividade. Tiago também fala da fé em Jesus Cristo com Deus (2.1).

É bastante difícil perceber o que Tiago entende por “crer”. Que quer dizer crer? Por exemplo, vemos em 1.6 “...peça, porém, com fé, não duvidando, porque o que duvida é semelhante à onda do mar...” A dúvida é antônima de fé. Fé é confiança; não é uma fé puramente intelectual; não é andar pelo que se vê. “Fé é o firme fundamento das coisas que se não vêem”, como vemos em Hebreus 11.

A fé precisa ser revelada para ser conhecida pelos outros, caso contrário, não existe. Para Tiago a fé e a conduta, o procedimento, são inseparáveis.

A JUSTIFICAÇÃO

A passagem de Tiago de 2.14 quanto à idéia de justificação, parece estar em contradição com Romanos 3.21 a 4.25; entretanto não há conflito porque Paulo emprega fé no sentido puramente espiritual, e Tiago emprega o termo no sentido prático do Antigo Testamento e em grande parte, no sentido forense. Tiago diz obras no

sentido de que tem como motivo a fé. A obediência pressupõe a fé.

Ele reflete uma idéia do Antigo Testamento, ao passo que Paulo, quando fala em justificação, refere-se no sentido espiritual puramente, do ponto de vista da graça. Ambos têm por base a fé. Em Tiago a fé manifesta-se em conduta, e em Paulo a fé manifesta-se com a aceitação da graça. A chave para a interpretação da doutrina de Tiago 2.24 “Não somente pela fé”. Não é contrário à justificação pela fé, mas diz que a obra deve revelar a fé. Para Paulo a justificação é pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei. Paulo mostra que ele e Tiago estão em harmonia (Gl 2.9).

V Parte

A TEOLOGIA DA 1ª CARTA DE PEDRO

Orientação

Com referência à teologia da 1ª carta de Pedro, deve-se fazer:

1. Leitura da carta inteira;
2. Uma lista dos assuntos teológicos abordados direta ou indiretamente;
3. Um exame de todos os termos do Antigo Testamento empregados para apresentar a interpretação dos fatos do Cristianismo, pois devemos fazer diferença entre interpretação e ilustração.
4. Uma observação do desenvolvimento do pensamento de Pedro com relação ao sofrimento de Jesus.

Pedro termina a sua 2ª carta assim: “antes cresci na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”. Essa era a sua experiência sempre crescendo na graça e no conhecimento.

Para Pedro o Evangelho é o cumprimento da profecia e não um aperfeiçoamento da Lei como verificamos na Epístola de Tiago. Temos, portanto, o que foi predito e o seu cumprimento.

Pedro escreveu sua primeira carta para confortar os cristãos perseguidos e não para apresentar uma exposição doutrinária. Matéria doutrinária apenas aparece para fins práticos e não para fins teológicos. Pedro não era teólogo como Paulo e João. Em Pedro predomina o sentimento, em Paulo o argumento e em João a contemplação.

Quando Pedro fala, por exemplo, do sofrimento de Cristo, não era para interpretar esse fato, mas para confortar os crentes. O Evangelho, para Pedro, era o cumprimento das esperanças do Antigo Testamento. Temos várias coisas que podemos notar:

Em Pedro temos várias etapas na compreensão doutrinária dos fatos do Cristianismo.

No Pentecostes Pedro interpreta a morte de Cristo como um crime. Antes do dia de Pentecostes não podia acatar semelhante idéia. Quando Jesus começou a ensinar o significado do ser o Messias, que precisaria sofrer, Pedro reagiu logo. Agora procura harmonizar a crucificação de Cristo como as profecias. Tudo isto estava de acordo com a presciência de Deus. Encontramos em Pedro este esforço para harmonizar a maldade dos homens com a presciência de Deus.

A princípio Pedro não entendeu o sofrimento de Cristo, mas depois da repreensão do Mestre nada mais perguntou. A confissão de Pedro e a transfiguração se relacionam, pois, oito dias depois da confissão só é que houve a transfiguração; neste ínterim, porém, nada foi feito. Nada sabemos dessa semana. Pedro tinha sido repreendido e então veio a crise. Para desamarrar o nó houve então a transfiguração. Aparecem três representantes e o assunto foi o mesmo, e a voz mandou que ouvissem o Filho. O assunto foi a sua saída, o êxodo de Jerusalém, isto é, a sua morte. Os discípulos

deviam prestar atenção no que Jesus dizia e não fazer como Pedro fez, isto é, replicar.

A idéia do sofrimento era problema para Pedro, mas depois da transfiguração o problema foi resolvido.

No dia de Pentecostes, Pedro rompeu a casca da incompreensão. Há o progresso em Pedro.

Pedro também achou, segundo a 1ª Carta, no sofrimento de Cristo motivo para glória e conforto.

Jesus nunca empregou o termo “morte” a seu respeito. Jesus não foi morto pelos homens; aqui ele deu a vida independentemente dos homens.

Na 1ª Carta temos como base a morte de Cristo; na 2ª, a transfiguração.

Pedro cresceu primeiramente na graça e depois no conhecimento; primeiramente no aproveitamento da graça de Deus e depois no conhecimento. O nosso raciocínio depende de crescimento espiritual na graça e não no puro raciocínio.

A INTERPRETAÇÃO DA PESSOA DE DEUS.

1. Pai de nosso Senhor Jesus Cristo (1.3).
2. Pai dos crentes (1.17).
3. É o autor da salvação (1.2). Aqui Pedro emprega os termos “eleição” é “aspersão de sangue” que são termos do Antigo Testamento.
4. Deus é santo.

A DOCTRINA DA SALVAÇÃO

É apresentada nos moldes do Antigo Testamento. Aqui o vocabulário é do Antigo Testamento. Mas o conteúdo é do Novo Testamento. Em 1.4, Pedro fala em “herança incorruptível”, que é ter-

mo do Antigo Testamento. Para os israelitas quando se falava em “herança” referia-se à Terra Prometida. Jesus falou em “herança” com referência ao reino.

Pedro não falou diretamente em Reino de Deus, mas falou em “herança” que tem essa idéia. Por isso a alegação de que Pedro não podia escrever essa carta porque não está empregada a expressão “Reino de Deus” não procede.

Para Pedro salvação é:

1. Cumprimento da esperança (1.10);
2. Uma primogenitura, um direito especial (2.4-8).

O termo que Pedro usou do Antigo Testamento são ilustrações e não interpretações.

A IDÉIA DO PECADO

Para Pedro o pecado se manifesta na carne; por isso recomenda abstinência (2.11). O pecado não reside na carne, mas se manifesta na carne.

A PESSOA DE CRISTO

Para Pedro:

1. O termo Cristo era nome próprio;
2. Cristo é autor da salvação;
3. É a pedra principal do plano, da redenção;
4. Cristo é sem pecado (1.19; 2.22).
5. Cristo é preexistente (1.11).
6. Cristo é superior aos profetas (1.20).

O SOFRIMENTO DE CRISTO

1. A princípio considerou-o como crime.
2. Aqui é considerado um exemplo para os crentes (2.21; 4.1; 4.13).
3. Para Pedro o sofrimento de Cristo é redentivo (3.18).

A RESSURREIÇÃO DE JESUS CRISTO

1. Traz salvação, fé e esperança (1.21)
2. A ressurreição envolve ascensão e glorificação (3.22).

A PREGAÇÃO AOS ESPÍRITOS EM PRISÃO (3.18-20; 4.6)

1. Há três interpretações dessas passagens:
2. A pregação se fez no tempo de Noé;

Cristo esteve realmente na esfera dos mortos no período entre sua morte e ressurreição;

3. Esses espíritos em prisão eram anjos caídos.

Temos que considerar se esta idéia de uma pregação aos mortos está em harmonia com o ensino geral da Palavra de Deus. Nas Escrituras nada encontramos nesse sentido fora destas passagens. Temos aqui uma passagem sobre um assunto que não encontramos em nenhum outro lugar das Escrituras. Jesus não ensinou que houvesse uma segunda oportunidade para a salvação.

A idéia que nos deve dominar é o ensino de Jesus. Todos os assuntos teológicos devem ser interpretados à luz dos ensinamentos públicos de Jesus que não há uma segunda oportunidade. Temos aqui o ponto inicial.

A idéia mais aceitável é a primeira interpretação.

É preciso entendermos essa passagem no conjunto geral das Escrituras. Nelas o falecimento é explicado em termos de “descer”; como a ressurreição é “subir”. Paulo assim se refere várias vezes com referência à morte de Cristo. Bultman diz que essa linguagem em Paulo era linguagem usada pelos gnósticos. Por isso Paulo falou assim para compreendermos melhor. Em Efésios 4.8-10, temos Paulo citando Salmo 68.18. Temos aqui o primeiro esforço para introduzir no Cristianismo uma interpretação racional ou cultural dos fatos do Evangelho, diz Bultman.

Há muita coisa que traz dificuldade na interpretação das Escrituras por falta de conhecimento da terminologia.

Nesta passagem fala-se da ocasião, ou melhor, da atuação antes da sua encarnação. Essa referência de Pedro aqui não é uma finalidade em si, mas uma referência incidental.

Cristo estava atuando na história. Essa é a interpretação mais aceitável.

Em Hebreus 11.7 diz que Noé “condenou o mundo”, isto é, o mundo do seu tempo. Pedro, então, estava falando de Noé. Cristo antes da sua encarnação foi e pregou a esses que foram condenados pela pregação de Noé. Quando Noé citou a revelação, essa era a revelação de Deus ao homem que era feita através de Cristo. Não há revelação de Deus ao homem a não ser por Cristo. Jesus tornou-se mediador histórico por que antes já era mediador eterno. Portanto Jesus pregou aos do tempo de Noé, que no tempo de Pedro, evidentemente já estavam mortos.

A VIDA CRISTÃ

1. O crescimento consiste a partir de uma vida nova (1.23).
2. Tem também a idéia de que o crente precisa crescer até alcançar maturidade na vida espiritual (2.2).
3. A santificação é pelo Espírito Santo (1.2).

4. A provação para os crentes vem através de tribulações (1.6-7).
5. Batismo (3.21).

VI Parte

A TEOLOGIA DE JUDAS E DE 2ª PEDRO

Parece que a carta Judas foi escrita primeiro que a 2ª Pedro. Em algumas coisas a Carta de Judas serve de base para 2ª Pedro.

Judas e 2ª Pedro denunciam os mesmos erros, males e procuram solucionar os mesmos problemas. O autor da Carta de Judas era (meio) irmão carnal de Jesus. A finalidade da carta de Judas é batalhar pela fé. Que espécie de fé é esta? É a doutrina. A carta de Judas batalhar pela interpretação correta, pela defesa do Cristianismo. O autor justifica a sua finalidade.

Judas e 2ª Pedro apresentam certos assuntos difíceis, como por exemplo, o castigo de Deus aos anjos que pecaram (2ª Pedro 2.4). Isto foi uma ilustração que Pedro usou para o seu ensino se tornar claro. Não está aqui tratando da origem do Maligno. Nesses assuntos difíceis é preciso observar que as idéias precedem as palavras. O nosso problema aqui é uma questão de palavras.

Na epístola de Judas temos as seguintes idéias teológicas:

1. Há um só Deus e Pai;
2. A edificação na fé pela oração no Espírito Santo;
3. A nossa nova vida é vida no Espírito Santo;
4. A santidade do crente é um dever.

Quem conhece a Deus não pode deixar de ser santo na sua maneira de viver; não é questão de crer, mas é questão de ser; não é questão arbitrária, mas essencial.

Pedro na sua 2ª Carta tomou por base a transfiguração de Jesus (2Pe 1.16). Na 1ª Carta ele tinha se baseado no sofrimento de Cristo. A garantia da profecia está na transfiguração de Jesus Cristo.

A interpretação das profecias e do Cristianismo não é um fato individual, mas social ou coletivo. “Nenhuma profecia é de particular interpretação” (1.20). Por que Pedro disse isso? Os profetas não podiam interpretar devidamente a revelação que estavam transmitindo. Para que fossem cumpridas as profecias era preciso que tivessem cumprimento na História. Esse cumprimento na História ainda não está completo. A interpretação está crescendo com o decorrer do tempo. A interpretação do Cristianismo está crescendo com o crescimento desse mesmo Cristianismo. A interpretação não é obra de um só indivíduo, mas de todos os indivíduos, de todas as gerações.

O apóstolo Pedro punha toda a ênfase na necessidade do crescimento espiritual do crente; a sua 2ª Carta assim termina: “Antes cresci na graça e no conhecimento de nosso Senhor e salvador Jesus Cristo”.

VII Parte

A TEOLOGIA DE PAULO

Para podermos entender a teologia de Paulo, precisamos conhecer a sua vida, tanto quanto possível. O Apóstolo Paulo é a pessoa que mais se destaca no Novo Testamento, depois de Jesus. Sua importância é tão grande que alguns teólogos têm dito que o Cristianismo é realmente paulino.

Antes de estudarmos as idéias de Paulo precisamos conhecer as fontes destas idéias. Não há dúvida quanto à autoria das cartas atribuídas a Paulo. A vida sempre precede a doutrina, não podemos conhecer as suas idéias, sem primeiro conhecermos a sua vida.

Para nossos fins doutrinários tomemos por base as principais cartas de Paulo, e os discursos dele que encontramos nos Atos, ficando estes em segundo plano, conforme Stevens, pois são relatos incompletos.

SUA CULTURA RELIGIOSA E INTELECTUAL

Paulo tinha uma natureza profundamente religiosa. Tinha também uma cultura excepcional: possuía as culturas judaica, grega e romana; era homem de cultura universal. Neste sentido era mais instruído que seu mestre Gamaliel.

QUANTO À CULTURA MORAL

Para Paulo a Lei de Deus merecia tudo quanto ele podia dar. Zelar pela Lei, cumprir a Lei, foi o seu ideal. “Era fariseu de fariseu e, quanto à Lei, irrepreensível”.

Tendo Paulo tudo isso, o seu problema era alcançar a satisfação para si, alcançar a paz com Deus. Entretanto, quanto mais se esforçava para cumprir a Lei, tanto mais longe parecia estar da justiça.

O GRANDE MARCO NA VIDA DE PAULO foi a sua experiência no caminho de Damasco. Foi a revelação especial de Cristo a ele. A experiência de Paulo no caminho de Damasco constitui o segredo de sua teologia; toda a teologia parte daí.

Que procurara fazer? Perseguia os discípulos porque estavam pregando a ressurreição. Era fariseu, mas é porque estavam pregando a ressurreição de Cristo. Pregar a ressurreição de um que foi crucificado era algo que não podia admitir. O caso era particular. Aquela heresia para Paulo, não lhe podia fazer calar. Uma falsidade daquela precisava ser punida com a morte.

“Por que me persegues?” Não responde por que não sabe quem é, quem está falando. “Quem és Senhor? Eu sou Jesus a quem tu

persegues”. Jesus, a pessoa histórica. Agora todo o motivo de Paulo fica anulado. O seu castelo teológico se desmoronou. A derrota foi completa. Contra fatos não há argumentos. Era um fato objetivo. Ai Paulo descobre que está totalmente errado. A própria pessoa de Jesus fala com ele. “Que queres que eu faça?” Já que estou derrotado que queres que eu faça? “Jesus Nazareno” é a pessoa histórica.

Não sabemos se Paulo já teria visto a Jesus durante a sua vida terrena. Agora Paulo reconhece que os cristãos estão certos, só ele está errado.

Depois dessa experiência entregou-se completamente à obra com o mesmo zelo que o caracterizou antes. A mudança de Paulo foi no seu pensamento, a consciência era a mesma.

A revelação de Deus ao homem está completa em Cristo. Por esta razão podemos dizer que as experiências que Paulo teve não foram acrescentar à revelação coisas novas. Depois da experiência de Paulo, o outro ponto de suma importância foi o seu preparo na Arábia. Logo depois de sua conversão e batismo começou a pregar com todo entusiasmo em Damasco, mas não pode ir muito longe porque tinha experiência, mas não tinha o preparo adequado; foi preciso reorganizar a sua teologia. Ausentou-se para Arábia a fim de rever seu sistema teológico. Procurar lugar para a meditação e estudo (Gl 2.14-21).

Paulo sabia estudar por si, já era formado, o que precisava era rever os seus conhecimentos. Era questão pessoal, de interpretar a sua própria experiência. Não podia usar terceiros. Ele tinha conhecimento da Bíblia, das profecias, estando em condições de estudar sozinho.

RESUMO DA TEOLOGIA DE PAULO

Encontramos o resumo da teologia de Paulo em Gálatas 2.14-21; O caso foi com Pedro. A repreensão que Paulo deu a Pedro foi em

chamar a atenção dele publicamente. A questão aí tratada é a da Lei e da Graça. Toda a teologia de Paulo é uma ampliação desse resumo.

OS MOLDES DA TEOLOGIA DE PAULO

O Cristianismo nos seus aspectos doutrinários foi obra de Paulo. Para compreendermos a teologia de Paulo precisamos conhecer os moldes de sua teologia, que são:

1. MOLDE JUDAICO:

Tinha o Antigo Testamento como base da revelação; seu sistema mental estava baseado no mesmo; (1) ele tinha o temor de Deus nos termos do Antigo Testamento (2) Sabia usar o Antigo Testamento; (3) Seu molde de pensar era judaico. Era zeloso pela Lei do Antigo Testamento.

2. MOLDE GREGO

Conhecia a literatura e a filosofia dos gregos. Empregava termos gregos e formas gregas. Para conhecermos a teologia de Paulo, precisamos tomar conhecimento da influência grega. Paulo era de Tarso, onde havia uma universidade. Bultman diz que Paulo interpretou o Cristianismo em termos helênicos.

3. MOLDE ROMANO

Paulo era cidadão romano e conhecedor das leis de Roma. O Direito Romano é a base de todo o direito, portanto Paulo pode interpretar o Cristianismo na base da Lei.

4. O CARÁTER PESSOAL DA TEOLOGIA DE PAULO

A sua teologia, quanto à interpretação, é particular. Paulo quando se refere ao Evangelho, trata-o em termos pessoais, diz que estava anunciando o “Meu Evangelho”. Tanto na teologia como na filosofia, toda a interpretação é individual e particular. Em Gálatas

1.15-16 vemos a teologia particular de Paulo. Ele formulou uma interpretação dentro do seu conhecimento, dentro de sua estrutura.

5. A SUA CULTURA UNIVERSAL

Paulo era possuidor de uma cultura universal. Não era propriamente um filósofo no sentido formal de termo, mas tinha idéias filosóficas.

Era liberal, porque tinha convivido com gregos e romanos, e isto constitui base para ter uma visão da sua obra neste mundo.

6. A ARGUMENTAÇÃO EM SUA TEOLOGIA

Paulo era um homem de pensamento dialético. Paulo anda no terreno das idéias lógicas; primeiro enuncia, depois demonstra; levanta a pergunta e depois responde. Paulo usa o método dedutivo.

7. ENCONTRAMOS MUITA ESPECULAÇÃO E ELEMENTOS DE BASE HISTÓRICA NA SUA TEOLOGIA

Alguns têm criticado Paulo, dizendo que ele especula demais sem apresentar base histórica na sua teologia. Entretanto, Paulo procura harmonizar o método especulativo com o método histórico. Paulo apresenta muitos fatos históricos a respeito de Jesus.

8. ENCONTRAMOS EM PAULO MUITA ORIGINALIDADE

9. PAULO ERA MÍSTICO E LÓGICO AO MESMO TEMPO.

Que é misticismo? Misticismo é ter contacto, comunhão direta com o sobrenatural, que não depende de interpretação racional. Em Paulo encontramos muito relacionado ao misticismo e à lógica. A teologia não pode depender só de lógica, do argumento, precisa ser mística também. “Cristo é tudo em todos”. “Já não vivo mais eu, mas Cristo vive em mim”.

10. SUA COMPREENSÃO DA NATUREZA HUMANA

Alguns têm dito que a teologia de Paulo é; em grande parte, uma antropologia. A teologia de Paulo está baseada no homem; esse dirigido pelo Espírito Santo.

O PLANO DE ESTUDO DA TEOLOGIA DE PAULO

1. O pensamento antropológico de Paulo;
2. A revelação da graça de Deus;
3. A obra redentora de Cristo.
4. Os aspectos sociais do Cristianismo;
5. A Escatologia.

O PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO DE PAULO

1. A carne e o espírito.

Estes termos são termos teológicos e éticos que precisam ser interpretados com clareza para podermos compreender a teologia de Paulo. Precisamos compreendê-lo com acerto para compreendermos a vida cristã, para evitarmos práticas heréticas. Nessa interpretação temos a psicologia da religião cristã. Esses termos, quanto à sua significação, são exemplificados na própria experiência de Paulo (Rm 7). Paulo tinha dentro de si essa luta. São termos éticos, morais e não físicos.

Quanto a termo “carne”, seria ela em si pecaminosa? Não! Por que então Paulo empregou essa linguagem? Porque o pecado manifesta-se através da carne, do corpo. A carne em si não é pecaminosa, mas através da carne é que o pecado se manifesta. Toda a atuação do espírito é também através do corpo, toda a nossa atividade é através do físico.

A pessoa não convertida manifesta a sua natureza pecaminosa através do corpo e uma pessoa convertida manifesta o seu espírito

através do corpo e uma pessoa convertida manifesta o seu espírito através do corpo. Na conversão, porém, o corpo não fica liberto do efeito dos pecados; as inclinações criadas no corpo pelo pecado. A prova disso é que o corpo permanece sujeito à morte. O corpo só ficará liberto da escravidão do pecado na ressurreição

Por isso quando o espírito que se regenera continua na luta entre a carne e o espírito. Mas, uma vez regenerado o espírito deve dominar o corpo.

Paulo estabelece clara distinção entre carne e o pecado: o pecado vem como ato da vontade; é um ato como qualidade espiritual. Portanto, “carne” empregado por Paulo tem o sentido da tendência para o pecado que o homem ainda possui.

Para Paulo a sede do pecado está na livre escolha do homem. O corpo não é essencialmente pecaminoso: Jesus possuía um corpo, mas sem pecado.

Para compreendermos a doutrina de Paulo precisamos ler Gênesis. Vemos aí que pecado veio de fora para dentro através da carne, do corpo.

A carne é o elemento material no homem. Sua natureza é perecível, fraca. Emprega carne a respeito da fraqueza moral do homem, natureza esta prejudicada pelo pecado.

Espírito – Quando Paulo diz que a carne luta contra o espírito, que quer dizer ele com esse termo “espírito”? É o homem como ser pessoal, espiritual, ser que se conhece a si mesmo. Quando Paulo emprega esse termo o emprega para indicar as qualidades boas que há no homem, a inclinação boa para Deus. Mesmo nos não convertidos há algum bem, um bom desejo ou inclinação, embora não chegue a por em prática, mas há sempre uma aspiração para o bem: isso é o “espírito”.

No crente este espírito, este homem espiritual é que deve dominar. No homem não convertido o espírito está fraco: quer, mas não tem

capacidade de alcançar o que gostaria de obter. Aqui temos a base para compreender o que é a vida espiritual de acordo com Paulo.

Que entendemos por vida espiritual? Em Gálatas temos uma passagem muito importante nesse sentido: “andai em espírito e não cumprireis a concupiscência da carne” (5.16). Vida espiritual, portanto, é exatamente este domínio por parte do crente sobre as inclinações da carne. Infelizmente muitas pessoas pensam que crente é aquele que se caracteriza por emoção, dado ao misticismo. O crente espiritual é uma pessoa sensata, ponderada, que sabe o que faz. O crente espiritual anda consciente, orientado pelo Espírito Santo.

A DOCTRINA DO PECADO OU A RELAÇÃO ENTRE ADÃO E A RAÇA HUMANA

A teologia de Paulo está relacionada com a antropologia; assim a doutrina do pecado está relacionada com a antropologia. Para compreendermos a doutrina da salvação temos que conhecer a doutrina do pecado, e para compreendermos a doutrina do pecado, temos que conhecer o homem com ele é. Temos que conhecer a origem histórica do primeiro homem e a propagação do pecado na raça humana.

Qual a origem histórica do pecado? Começa com Adão e Eva. Não podemos ir além da História. ...

Temos duas passagens importantes: 1Co 15.45-49 e Rm 5.12-21. Na primeira passagem temos o contraste entre Adão e Cristo: o primeiro como cabeça natural da humanidade, do homem psicológico; o segundo como cabeça espiritual da humanidade. Aqui temos a única referência metafísica à pessoa de Cristo, mostrando o seu próprio ser: “Espírito Vivente”.

Adão, o primeiro homem, foi criado mortal ou imortal? Rm 5.12 diz que a morte veio pelo pecado: a morte natural e a morte que existia antes de Adão? Havia morte em a natureza, pois do contrá-

rio não teria significação a afirmação de Deus: “...no dia em que morreres, certamente morrerás” (Gn 2.17).

O homem não foi criado para estar sujeito a essa Lei; pela desobediência é que foi castigado com a morte. Adão foi criado com possibilidade de ser imortal; a desobediência anulou essa possibilidade. Qual seria a situação do homem se o pecado não entrasse nele? Por que o homem na morte encontra um problema? Por causa do pecado. Há morte e há morte; há morte natural e há morte com agulhão. A morte faz parte do processo da vida. A morte é uma necessidade biológica; a morte é uma necessidade da natureza, entretanto quando ela chega, o homem não quer aceitá-la. Paulo, quando diz que Cristo aboliu a morte está falando da morte como consequência do pecado, isto é a morte espiritual.

Portanto, a morte existia antes de Adão em a natureza física; essa morte passou para o homem como consequência do pecado. Se o homem não tivesse pecado talvez fosse a morte como uma espécie de transformação à semelhança de como ficarão aqueles que estiverem vivos quando Cristo voltar.

Na transfiguração de Jesus o assunto da conversa foi a sua “saída”, o seu “êxodo”. Note-se que não está se empregando o termo “morte”. Podemos separar de algum modo a vida ideal do Filho do homem, a saída ideal e a morte determinada pelo pecado. Temos em Jesus as duas coisas: a morte do pecador e a saída ideal. Ambas usadas em Jesus. Jesus podia ter saído idealmente como foi revelada na transfiguração. Houve de fato algo especial lá no monte da transfiguração.

De acordo com Paulo o pecado é universal: “Todos pecaram”. Pela desobediência de um o pecado entrou e pela obediência de um entrou a salvação. Pelo pecado de um, todos se tornaram pecadores, mas pela obediência de Um (Jesus), entrou a salvação, todos puderam ser declarados justos. Os efeitos do pecado se transmitiram automaticamente, mas a justificação não. Essa diferença está porque Adão foi o cabeça da humanidade psicológica e Cristo o

cabeça da raça espiritual, voluntária. Paulo diz: “se um morreu por todos, logo todos morreram”. Por que então todos não morreram para o pecado? A potencialidade foi aberta para todos, mas cada um tem que aceitar de sua livre e espontânea vontade a escolha, pois os efeitos da obra de Cristo não se propagam automaticamente, mas depende da livre escolha do indivíduo (2Co 5.15). Em Cristo temos a possibilidade de cada um se tornar filho de Deus.

Resumo:

1. De acordo com Paulo, o pecado não tem sua origem na natureza psicológica do homem, nem nas limitações metafísicas, mas sim na livre escolha do próprio homem.
2. O pecado é universal e afeta, prejudica as relações de vida, o processo da vida: o processo da vida fica deficiente. Isso acontece no homem e também na natureza física.
3. Paulo não ensina que o homem está totalmente depravado.

Como se propaga o pecado? Mesmo antes de se manifestar a vontade o homem, ele já peca, mas a responsabilidade só vem depois da consciência própria. A transmissão do pecado se dá por hereditariedade e pela influência pessoal. A transmissão tanto é psicológica, como moral (“Em pecado me concebeu minha mãe”).

A IDÉIA DE PAULO SOBRE A LEI DE DEUS

Paulo trata da Lei de Deus do ponto de vista de Cristo. Ele dá sua significação com relação a Cristo. Não podemos exagerar esse assunto na teologia de Paulo. Bultman dá uma ênfase um tanto diferente: diz que a conversão de Paulo é completa submissão à Lei de Deus. Isso é um tanto forçado.

Para Paulo a função da Lei era a preparação para Cristo, para levar o homem a Cristo. Serviu de aio, de pedagogo. Como foi que a Lei conduziu o homem a Cristo? Despertando nele a consciência do pecado. Foi a Lei que revelou a verdadeira natureza do pecado.

Paulo diz que quando a Lei veio, ele morreu; compreende a sua situação.

A finalidade da Lei era para que o homem não pecasse: “Não matarás” etc. A Lei não resolveu o problema por causa da fraqueza do homem. O maior pecado era matar o Príncipe da Vida. Foi depois de ter feito isso que se lançou em rosto: “Vós matastes o Príncipe da Vida”. Fizeram pensando que estavam fazendo o bem. Convinha que o Cristo sofresse e morresse para que se pregasse o arrependimento. Porque só depois do ato é que o homem pode ver e sentir a sua maldade. O pecado age enganosamente em relação ao homem.

Estudando a Lei com referência a Cristo, Paulo estuda a do ponto de vista da história e também com relação à promessa.

A Lei visava a Cristo. A Lei não foi dada para salvar o homem; ninguém foi salvo pelas obras de Lei, nem Abraão, diz Paulo, mas pela fé nas promessas. Aí temos base para vermos a heresia dos adventistas e muitos outros que ensinam a salvação pelas obras da Lei. Simplesmente desconhecem a finalidade da Lei. A Lei não salva ninguém, simplesmente condena o transgressor.

De acordo com Paulo a função da Lei foi temporária. Diante da morte de Cristo, da sua cruz, a Lei teve a sua finalidade cumprida. Temos isto em Gálatas 2.21 “Se a justiça provém da Lei, segue-se que Cristo morreu debalde”. Também Gálatas 5.4 e Romanos 9.30-33. Jesus disse a mesma coisa em outras palavras: “A Lei e os profetas duraram até João; daí em diante o Reino de Deus é chegado” (Lc 16.16).

Qual o significado psicológico da Lei? Já dissemos: despertar a consciência do pecado. A Lei não criou a consciência do pecado, mas despertou-a. Paulo discutiu isso extensamente na carta aos Romanos 3.20-5.20.

Não seria melhor deixar o homem sem consciência do pecado? O mal não está no próprio pecado, mas na consequência do pecado

(Romanos 7.11). A Lei foi dada por Moisés, mas as conseqüências do pecado vêm desde o começo, antes da vinda da Lei. A Lei não era má, pecaminosa; usando a terminologia do Paulo. Assim chega ele à conclusão: “Porque o pecado, tomando ocasião pelo mandamento me enganou, e por ele me matou” (Romanos 7.11).

Por que a Lei produziu esse fato aparentemente prejudicial? (Romanos 7.13). A Lei foi dada para mostrar o pecado e para que o homem não pecasse. Mas quando a Lei veio o homem já estava no pecado.

A Lei moral não está separada da Lei cerimonial. Os adventistas fazem esta separação, dizendo que a Lei cerimonial passou, mas a Lei moral permanece; por isso passou o sacrifício e permanece a Lei do sábado. Mas a Lei cerimonial tinha finalidade moral. Para os judeus a Lei moral, a Lei cerimonial e a Lei civil eram uma mesma coisa. Hoje nós fazemos distinção, mas fundamentalmente não havia. A Lei era uma unidade: quem transgredia um mandamento era culpado de todos.

A Lei veio despertar a consciência do pecado. Ora, a Lei veio com Moisés, mas os homens antes de Moisés já tinham consciência do pecado, porém, de um modo subjetivo. A Lei dada por Moisés foi a objetivação do que já existia.

A Lei já tinha, então, este efeito de despertar a consciência psicológica do pecado. A Lei excluiu toda a possibilidade de o homem justificar-se, desculpar-se, a não ser pela fé: “Abraão foi justificado pela fé”.

A Lei foi uma preparação negativa para a vinda de Cristo. A Lei só podia trazer punição ao pecador, mas não podia levá-lo a alcançar seu ideal. A Lei não pode levar o homem ao cumprimento dos seus requisitos, não pode levar o homem a ser bom; despertar a consciência do pecado histórica e moralmente. A Lei revela as conseqüências do pecado, mas, não aumenta o próprio pecado. Isto foi então uma preparação negativa. Como exemplo, temos Paulo se considerando, já no fim da vida, o principal dos pecadores.

Paulo não se tornou o maior dos pecadores, mas a sua consciência o ia esclarecendo mais da sua situação de pecador.

Por outro lado, a Lei tinha uma função positiva. Embora não conseguisse realizar no homem a sua própria finalidade, despertou nele uma disposição maior para a aceitação da salvação (Rm 7.9).

Como então o homem poderia cumprir a Lei? O amor de Cristo foi o cumprimento da Lei e também a libertação da própria Lei. O homem entregando-se a Cristo, cumpre a Lei em Cristo e ao mesmo tempo fica livre da Lei. O homem tornou-se cristão aceitando a Cristo, então a justiça de Cristo torna-se importada à Lei. A Lei leva o homem a Cristo e o homem em Cristo fica livre da Lei. Vemos isso em Gálatas 3.19,24,25.

Aqueles que procuram justificar-se pela Lei estão debaixo da maldição. De modo que a finalidade da obra de Cristo foi exatamente o cumprimento da Lei para que nós pudéssemos ficar livres da Lei.

É assim que Paulo interpreta a Lei do ponto de vista de Cristo. Ele faz essa interpretação na base de sua própria experiência.

O PROPÓSITO DE DEUS PARA COM O MUNDO CONFORME PAULO

Quando estudamos o ensino de Paulo sobre a Lei de Deus vemos que a finalidade da Lei foi preparar o homem para vinda de Cristo. O estudo da Lei leva mais adiante, leva-nos a estudar qual foi o motivo da vinda de Cristo ao mundo. Aí estamos abordando o assunto da salvação.

Paulo diz que esse propósito já existia em Deus antes que o mundo existisse. Cristo veio ao mundo para fins redentivos e esse propósito já estava em Deus antes que o mundo existisse. Esse propósito era eterno e ao mesmo tempo histórico.

Aqui temos a chave para a interpretação da história. Não se pode interpretar a história sem estudar o propósito da vinda de Cristo ao

mundo. Cristo é o centro da história, o criador da história e o intérprete da história.

A base do propósito de Deus estava na própria natureza de Deus, na sua natureza ética, no seu amor. Não é coisa arbitrária, acidental, mas é expressão da própria natureza de Deus. Foi o amor de Deus que motivou a vinda de Cristo. Paulo diz isto aos Romanos 5.8. Este amor manifestado em Cristo é glória da perfeição divina.

O apóstolo Paulo apresenta o cumprimento desse propósito de Deus na história de Israel e na vinda de Cristo. Para o apóstolo Paulo o mundo é um grande celeiro do propósito da redenção, celeiro este que vai culminar com a completa libertação de todos da maldição do pecado. Este propósito de Deus, de acordo com Paulo, está sendo levado a efeito através da pessoa de Cristo. Para Cristo não é apenas uma pessoa histórica, espiritual, mas também uma pessoa cósmica. Cristo é o centro de todas as coisas: “Nele por ele e para ele são todas as coisas”. Cristo é a finalidade de todas as coisas.

Para Paulo, portanto, a revelação é universal. Na teologia, geralmente só se estuda a revelação especial dada através do povo de Israel, revelação esta que culmina em Cristo. Mas sobre a revelação fora desta revelação chamada especial, temos que admitir que existe uma revelação universal; pois Paulo assim o crê, como vemos em Atos 14.17; 17.26-28.

Paulo tinha idéia clara sobre a revelação universal. É bom notar que a extensão desta revelação universal abrange a humanidade inteira. Paulo deixou bem claro a diferença entre revelação especial e revelação universal. De acordo com Paulo, Deus se revela na natureza, nas coisas criadas; Deus se revelou na consciência moral do homem. De modo que a revelação natural é base suficiente para que o homem conheça a Deus, o seu dever, a sua culpabilidade como pecador que é.

Paulo admitia que os gentios, que os homens em geral não poderiam conhecer a Deus através da filosofia. Vemos em 1Co 1.21

“Visto que como na sabedoria de Deus o mundo não conheceu a Deus pela sua sabedoria”. Existe no homem o conhecimento de Deus que está ao alcance de todos, o qual, no entanto, os gentios não souberam aproveitar, não souberam pôr em prática nas suas vidas, não glorificaram a Deus como Deus (Rm 1.21 e 28). Para Paulo Deus não é só Deus para os judeus, mas também para os gentios; e o propósito de Deus para com o mundo, para com Israel não falharia como de fato não falhou, embora os israelitas falhassem como nação.

A missão de Deus para com Israel cumpriu-se na história. Foi através dos israelitas que veio o Salvador. Em torno deste propósito há muita divergência entre os teólogos com referência a situação dos judeus hoje em dia. Paulo discute esse problema amplamente em Romanos 9-11.

Em conexão com propósito de Deus vem a doutrina da eleição, da predestinação. Como vamos encarar o significado da eleição, da predestinação? Para compreendermos o significado da eleição temos que considerar historicamente e não só teologicamente, temos que interpretar o significado em termos históricos e não somente teológicos. Nosso ponto fraco tem sido este: separar o significado histórico do teológico.

Que entendemos por eleição ou por predestinação? Para fins históricos é que eleição ou predestinação tem finalidade histórica e não necessariamente finalidade puramente teológica ou pessoal.

Deus elegeu Israel para que fim? Para ser o veículo da redenção para a humanidade toda; elegeu para fins históricos. Israel foi escolhido para que através dele viesse a redenção para o mundo todo. Todos aqueles que foram escolhidos, predestinados o foram para fins históricos, visando a redenção para todos. Uma vez estabelecido isto na história cessa o privilégio do povo eleito de Israel para ser o povo eleito ou predestinado e especial nos termos do Antigo Testamento, para os israelitas não permaneceram fiéis à alturas da escolha. Todavia, o propósito de Deus não falhou por-

que o Salvador veio através dos judeus, e uma vez vindo, cumpria o propósito. Quando se trata nas Escrituras da eleição para missão histórica, nesse caso a atuação era, por assim dizer, unilateral. Isso do ponto de vista do Antigo Testamento. e, de alguma maneira, no Novo Testamento.

Paulo disse que tinha sido escolhido antes do seu nascimento, mas isto para fins de testemunhar e interpretar as Escrituras. Para essa obra Paulo foi escolhido antes do nascimento, mas não para a salvação. Paulo foi escolhido para levar o evangelho aos gentios, para o estabelecimento do Cristianismo como religião histórica.

Hoje em dia cessou a eleição histórica; agora todos são eleitos em Cristo.

A IDÉIA DE PAULO SOBRE A PESSOA DE CRISTO

A idéia de Paulo sobre a pessoa de Cristo baseia-se na sua experiência no caminho de Damasco. Paulo não tratou da pessoa de Cristo do ponto de vista da teologia, nem da filosofia, mas sim na base de sua experiência com Cristo como seu salvador.

A sua primeira profissão de fé, o primeiro credo, o primeiro artigo de fé que encontramos em Paulo é que Jesus é Senhor (1Co 12.3; Rm 10.9;13). Na experiência de Damasco ele diz: “Senhor que queres...” Para Paulo o domínio de Cristo era perfeito e absoluto na sua vida. Para Paulo Cristo era objeto da fé e de adoração.

Quando lemos as cartas de Paulo vemos que ele, certamente, teve conhecimento da vida terrena de Jesus. Diz que Jesus não conheceu pecado, que era o Espírito de Santidade. Paulo conheceu o nascimento humano de Jesus; diz que ele “nasceu sob a Lei.” Para Paulo Jesus era da semente de Davi. Não menciona o nascimento virginal de Jesus. Diante destas declarações vemos que ele teve conhecimento da vida terrena de Jesus. De acordo com a humanidade teve em Cristo um novo começo: Cristo era o segundo Adão. O primeiro Adão foi criatura; o segundo Criador espiritual ou “Espírito Vivificante” (1Co 15.45).

Paulo não trata diretamente da preexistência de Cristo como Filho de Deus, mas isto está implícito em muitas de suas afirmações. Não discutiu a existência de Cristo anterior à sua encarnação. Por exemplo, quando diz: “Deus enviou o seu Filho” (Gl 4.4). Isso pressupõe que Cristo existia antes da vinda ao mundo. Diz também que Cristo era a Rocha Espiritual da qual os israelitas beberam lá no deserto (1Co 10.4). Também diz que Cristo tornou-se pobre para que nós fôssemos enriquecidos (2Co 8.9) “Sendo em forma de Deus...” (Fp 2.7-9). “O primeiro homem da terra é terreno, o segundo homem, o Senhor, é do céu”. (1Co 15.47). Essas afirmações deixam muito clara a idéia da existência de Cristo anterior à sua vinda ao mundo.

É na base da preexistência de Cristo e na sua relação original com a humanidade que Paulo diz que há um só Deus de quem são todas as coisas (1Co 8.6).

Paulo empregou um termo muito interessante com referência a Cristo: “O qual é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação” (Cl 1.15). Aqui temos uma referência a Cristo que parece de difícil interpretação. Mais adiante no verso 18 lemos: “Ele é antes de todas as coisas e todas as coisas subsistem por ele e ele é a cabeça da igreja e o princípio e primogênito dentre os mortos para que em tudo tenha a preeminência”. Em Rm 8.29 temos outra afirmação interessante, bem como em Cl 2.29.

Como vamos compreender esta linguagem de Paulo, dizendo que Cristo é o primogênito de toda a criação? O homem foi criado à imagem e à semelhança de Cristo. Antes que o homem existisse a sua imagem já existia em Cristo. Sendo assim, Paulo diz que ele é o “primogênito”, é aquele em cuja imagem foram criadas todas as coisas. Antes que existisse a criatura ele já existia. Assim ele é o primeiro, é nesse sentido que Paulo emprega o termo. Ele teve a preeminência absoluta com referência à criação: “Por ele e para ele foram feitas todas as coisas”.

Com referência aos homens, foram eles feitos à imagem de Cristo, e por esta razão Cristo pode tomar a forma humana. Essa era a semelhança da personalidade. Notemos que não se pode separar a personalidade do físico.

Com referência a Deus, Cristo expressa a sua imagem invisível. Nele habita toda plenitude de Deus (Cl 2.9). Isto é equivalente ao que João disse que Deus não foi visto por ninguém; foi o Filho que no-lo revelou. Por esta razão Jesus disse: “Quem me a mim, vê o Pai”.

A MORTE DE CRISTO

É o maior assunto da teologia de Paulo, de toda teologia, enfim. Este assunto foi, a princípio, um problema para os discípulos, pois quando Jesus começou a ensinar que ele ia padecer; eles acharam que isto estava fora de ordem.

O apóstolo Paulo foi o primeiro a mostrar que a morte de Cristo foi a culminação da obra redentora, e a glória da fé cristã. Pedro tinha pregado no dia de Pentecostes, dizendo que a morte de Cristo tinha sido crime. Paulo, portanto, foi o primeiro a mostrar a centralidade da morte de Cristo na sua obra redentora. Paulo interpreta a morte de Cristo à luz de sua experiência própria com o Cristo ressurreto no caminho de Damasco. Foi nesta base, então, que estava apoiada a sua idéia do Cristo divino e da comunhão dos crentes com ele.

Quando estudamos a morte de Cristo surgem vários problemas e aspectos na história da doutrina, como por exemplo, a relação entre a graça de Deus e a justiça.

A interpretação da morte de Cristo tem tido vários aspectos na história da doutrina. Cada doutrina que tem surgido é de acordo com o modo de pensar dos homens em determinada época.

Como é, então, que Paulo encara o significado da morte de Cristo?

Ele disse que Cristo nos liberta da maldição da Lei, tornando-se ele mesmo maldição por nós (Gl 3.13). Aí é o começo da interpretação de Paulo. O primeiro significado é esse: Ele nos libertou da maldição da Lei. A morte de Cristo, em outras palavras, era vicária e foi por esta razão que a cruz se tornou para nós uma glória.

De acordo com Paulo a morte de Cristo era para salvar o homem (1Co 15.3). Para Paulo o evangelho era: Cristo morreu, foi sepultado, ressurgiu e apareceu (1Co 15.3-6). Para Paulo o Evangelho representava estes quatro fatos históricos.

Outras definições são feitas; mas como fato histórico o evangelho é isso que Paulo falou.

É na morte de Cristo que está a interpretação da justiça de Deus (2Co 5.21). A morte de Cristo resultou em salvação para nós, foi o resgate, a reconciliação. “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo”.

Temos alguns problemas a notar:

1. A idéia de substituição.

Haveria justiça em um justo sofrer pelo injusto? Este problema é nosso e não inerente ao Evangelho. Estes são problemas de uma teologia deficiente. É justo um justo sofrer pelo injusto quando a Lei diz: “A alma que pecar, essa morrerá?”

Qual foi a finalidade da morte de Cristo? Era punitiva? A finalidade de corrigir, salvar. Qual a finalidade do castigo dado pela Lei? Era corrigir, salvar. Não era mera retribuição, vingança. Agora pela morte de Cristo em lugar do pecador, abre-se o caminho para uma correção, para uma salvação. Nesse caso era justo um justo sofrer por um injusto. Foi então conseguida a finalidade da Lei. Produzindo esse efeito era justo um justo sofrer pelo injusto. Sem esse efeito, não teria valor, não seria justo.

Foi através da morte de Cristo que Deus revelou a sua justiça sem a Lei. Sem a Lei mosaica manifestou-se a justiça de Deus na base da fé e não na base das obras. De modo que aqueles que crêem

que a morte de Cristo foi pelos seus pecados, aqueles que se identificam com Cristo, morrem com Cristo para o mundo. Ele realiza em si exatamente o que a Lei visava.

Aqui não se trata de mera substituição mecânica. A substituição visava produzir certo efeito naqueles que foram substituídos, efeitos redentivos.

2) Paulo falou da morte de Cristo como resgate:

Seria isso uma interpretação ou uma ilustração? Por que, então, encontramos essa ilustração? Qual a situação social naquele tempo? Havia escravidão, e para se resgatar um escravo era preciso que se pagasse pela sua libertação. Daí a ilustração da salvação como resgate.

3) A morte de Cristo foi propiciatória.

Tornar propício é tornar agradável a alguém. A atitude de Deus para com o homem foi sempre a mesma atitude de amor. Pela propiciação de Cristo é que o modo de pensar do homem mudou. O homem não pode compreender a atitude de Deus para com ele sem um ato como a morte de Cristo; não teria nenhuma base objetiva para compreender. Pela morte de Cristo o homem pode compreender a boa vontade de Deus para o salvar. O homem compreendeu através da morte de Cristo o amor que Deus tem para com ele. Por exemplo? No Calvário a palavra de Jesus foi: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem”.

4) Reconciliação

Paulo disse que “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo” (2Co 5.19). Será que a reconciliação pode ser unilateral? Deus fez a parte dele: Deus revelou a sua atitude para com o homem, por isso que Paulo continua dizendo: “... e pôs em nós a palavra da reconciliação”. Agora falta a parte do homem.

Consideremos algumas bases para a solução dessas dificuldades. Temos que tomar em consideração o significado do sistema sacrificial do Antigo Testamento, mas somente faz referência a ele. E

nós não podemos compreender a morte de Cristo sem entender bem o significado do sistema sacrificial.

(1) A IDÉIA DE PAULO SOBRE A SUBSTITUIÇÃO:

Houve substituição, mas não no sentido de Cristo receber punição. A finalidade da punição é corrigir, salvar. E isso não aconteceu com Cristo. Aí a idéia de substituição deixa de ser um problema. Pelo castigo aplicado num terceiro o culpado fica livre, isto é, corrigido; não há nenhuma objeção quanto ao método. É porque a finalidade do castigo não é condenar, mas salvar.

Pergunta-se se Cristo foi objeto da ira de Deus, no Calvário? Paulo diz que Cristo se tornou pecado por nós. Cristo recebeu a ira de Deus em lugar do nosso pecado. Ele recebeu a ira de Deus representativamente, ele era o nosso substituto.

Outra dificuldade é: como é que os efeitos da morte de Cristo podiam passar por nós quanto aos benefícios? O homem tem que se identificar com Cristo para poder ser beneficiado pela sua morte. Isso vem pela vontade própria do indivíduo. Se o homem não reconhece que Cristo morreu por ele, esse sacrifício de nada vale para ele. O benefício depende da identificação, da aceitação, de crer.

(2) A IDÉIA DE PAULO SOBRE O RESGATE:

Isso era uma analogia, pois devemos considerar as consequências históricas. O homem não podia compreender a missão de Cristo sem uma linguagem familiar. Quando Paulo fala que fomos justificados por Cristo está falando em termos da Lei.

O sofrimento de Cristo revelou aos homens a condenação de Deus para com o pecado.

(3) A IDÉIA DE PAULO SOBRE A RECONCILIAÇÃO

Quando se trata de reconciliação do homem com Deus ela depende exatamente do homem reconhecer o que Deus estava fazendo em Cristo, não aplicando o pecado no próprio homem. Reconhecendo isso, o homem tornar-se transformado, torna-se uma nova criatura. De modo que a reconciliação de que Paulo fala é a manifestação da graça de Deus para com o homem e não a condenação.

A morte era o cumprimento das condições preliminares para que pudesse haver salvação. Sem a morte de Cristo não havia possibilidade de arrependimento. O arrependimento só se tornou possível depois de crucificado Cristo e da sua ressurreição. O homem não pode se arrepender antes da objetivação.

O arrependimento só é possível depois de o homem ter cometido o ato objetivamente: só então é que pode haver arrependimento. Isso desde o começo da história bíblica. Quando Caim reconheceu o seu pecado? “O pecado jaz à porta”. Depois que cometeu o ato: “Maior é minha culpa do que eu possa suportar” (Gn 4.13). Quando foi que Adão reconheceu que era pecador? Não foi tão depressa. De modo que compreendemos essa afirmação de que antes da morte de Cristo não pode haver arrependimento, temos que estudar toda a história bíblica. Foi por isso que Pedro no Pentecostes disse: “Vós o crucificastes”. Os ouvintes não poderiam negar porque o tinham feito mesmo. Foi então quando Pedro pode dizer: “Arrependei-vos”.

Antes da morte de Jesus havia arrependimento, mas em termos de Lei por atos externos.

(4) A IDÉIA DE PAULO SOBRE A JUSTIFICAÇÃO

Que entendemos por justificação? É declarar justo, em termos da Lei. Para Paulo a morte e a ressurreição de Cristo representam o aspecto objetivo da salvação. Aspecto objetivo é o aspecto externo, visível. Representa as provisões externas para a salvação.

Na morte de Cristo em todos os seus aspectos físicos, morais e cósmicos, vemos a salvação nos seus aspectos externos. Pelo termo Justificação, Paulo descreve os benefícios da morte de Cristo no indivíduo. Ele descreve em termos da Lei porque a lei também é objetiva. Ele mostra que esta justificação não vem pelas obras da lei, mas por obras de Deus.

Na base do Antigo Testamento Paulo interpreta a justificação como aprovando em termos legais a atitude do homem que se identifica com Cristo na sua morte e ressurreição: esse homem então é justificado. Em outras palavras, a justificação tem o mesmo significado essencial do termo “perdão”.

Para que houvesse perdão em termos objetivos era preciso que houvesse a morte de Cristo. Deus não podia perdoar, objetivamente falando, sem o cumprimento objetivo da justiça para o conhecimento do homem indivíduo e do homem como coletividade.

(5) RELAÇÃO ENTRE JUSTIFICAÇÃO E FÉ

Paulo não fala só em justificação pela fé. A justificação em si é um termo legal. Justificação na realidade tem dois sentidos: (1) sentido objetivo e (2) um sentido que indica condição ou estado de aceitação por parte de Deus. Portanto há dois sentidos: justiça objetivamente e formal e justiça pela identificação com Cristo, justiça espiritual.

Que entende Paulo quando fala em justificação pela fé? Está falando em confiança filial, descanso, é estar entregue ao cuidado de Deus. Esse é o aspecto da fé. Outro aspecto é da obediência. Não se compreende fé sem obediência.

Para Paulo a fé significa estar em Cristo, habitar em Cristo e Cristo habitar em nós. Para Paulo fé significa ser “uma nova criatura”. Significa ainda estar morto para o pecado e vivo para a vida de santidade. De modo que para Paulo a fé é simplesmente uma crença, mas é uma relação pessoal, permanente do homem com Cristo.

A fé é simbolizada pelo batismo; quem se batiza está declarando publicamente que Cristo é o seu salvador; ele se declara estar morto para o mundo e vivo para Cristo. Quem crê, está libertado do pecado; em outras palavras, ele se torna justificado, pois o pecado exige condenação, morte. Mas uma vez crendo em Cristo o indivíduo já morreu para o pecado.

Resumo: De acordo com Paulo, a justiça é um estado e a fé uma atitude da própria alma, de confiança, de identificação. O lado objetivo da salvação de Cristo torna-se a morte do homem e a ressurreição do homem para uma vida nova em Cristo.

O ENSINO DE PAULO SOBRE O ESPÍRITO SANTO

1. Para compreendermos a doutrina do Espírito Santo precisamos ver qual era a idéia da atuação do Espírito de Deus no Antigo Testamento. Não se pode entender a obra do Espírito Santo no Novo Testamento, principalmente a idéia de Paulo, sem se conhecer a sua atuação no Antigo Testamento.

Muitas vezes o Espírito Santo no Antigo Testamento significa o nome ou a presença de Deus (Gn. 1.2). No Antigo Testamento conhecia-se o homem em que atuava o Espírito de Deus pelo seu poder extraordinário, até pela força física, enfim por fenômenos sobrenaturais. Exemplos: Sansão, Samuel etc.

2. Essa idéia do Antigo Testamento encontramos-la também em parte no Novo Testamento. Qual foi a manifestação do Espírito Santo no dia de Pentecostes? Lá houve sinais visíveis. A obra de Filipe também foi acompanhada de sinais visíveis. Esta atuação visível não é o aspecto principal do Espírito Santo. Houve milagre nos Atos, no princípio. Isso eram moldes das manifestações no Antigo Testamento.

No Novo Testamento o Espírito Santo atua antes em termos de santificação que em fenômenos visíveis. Encontramos certamente o Espírito Santo atuando com dom especial. Encontramos estas idéias no Antigo Testamento, mas no Novo Testamento o Espírito

Santo atua mais na esfera da interpretação, de guiar o crente em toda a verdade.

A atuação do Espírito Santo se apresenta em várias modalidades. Devemos ler o livro de Atos com essa preocupação. Os aspectos visíveis iam decrescendo até se tornarem completamente espirituais.

A IDÉIA DE PAULO SOBRE O ESPÍRITO SANTO

Onde a encontramos? Em 1Co 12 ao 14. Para compreendermos o que lá está, temos que notar várias coisas.

1. Qual a atitude de Paulo para com as idéias dos crentes da igreja de Corinto sobre o Espírito Santo?
2. O que os crentes em Corinto estavam procurando alcançar como se fosse do Espírito Santo?

Estavam preocupados com os dons especiais, com manifestação visível do Espírito Santo.

Qual a atitude de Paulo para com aquela situação? Para compreendermos aquela situação temos que notar que a igreja em Corinto estava em um baixo nível espiritual. A igreja de Corinto era a pior daquele tempo, a mais cheia de problemas: divisões, partidos e até um caso grave de incesto. Paulo classifica aqueles crentes intelectualmente como “meninos no entendimento”.

Aquela preocupação deles com referência a dons visíveis do Espírito Santo, dons visíveis eram sinais de ignorância e não de compreensão. Estavam precedendo como meninos, como crianças no entendimento. A situação que havia na igreja de Corinto não era para servir de exemplo para nenhuma igreja. Além dos muitos outros problemas que Paulo teve naquela igreja, teve esse, o dos dons espirituais. Além disto, a igreja de Corinto era um reflexo das circunstâncias sociais da cidade.

Notamos então que aquela preocupação dos coríntios com referência aos dons espirituais na forma em que eles entendiam era

um problema para Paulo resolver naquela igreja. O ponto que nos deve interessar é como Paulo procurou orientar esses “meninos no entendimento”, com referência às coisas espirituais, sem os escandalizar. Paulo os orientou tão bem que na outra carta nem menciona mais o assunto.

O que Paulo colocou em primeiro lugar como sendo o mais importante?

1. O dom principal era conhecer a supremacia de Cristo.
2. Devia haver unidade na igreja, o que não havia (1Co 12.4-6); os dons em que eles estavam tão interessados não os estavam conduzindo para a unidade. Paulo insiste que haja ordem na igreja. Se os pentecostais pusessem em prática essa maneira de Paulo agir, acabar-se-iam.

Paulo não estava combatendo ferrenhamente, mas ensinando como deviam proceder. Não estava ensinando doutrinariamente porque não iria ser entendido, pois eles eram “meninos espirituais”.

Aqui não temos nenhuma referência histórica da situação que havia naquela igreja; temos apenas o remédio que Paulo receitou. Não sabemos quais eram aquelas línguas que eles lá falavam; talvez fosse aquela uma situação como as dos pentecostais de hoje em dia.

Na vida prática a atuação do Espírito produz santificação (2Ts 2.13).

Para Paulo o homem verdadeiramente espiritual é semelhante a Cristo (Gl 5.25). Aquele em que o Espírito Santo habita é semelhante a Cristo.

O amor é o primeiro fruto do Espírito (Gl 5.19 ss).

A idéia de Paulo a respeito da vida espiritual é totalmente diferente da dos coríntios.

O homem verdadeiramente espiritual é semelhante a Cristo. Para Paulo o nosso corpo é o templo do Espírito Santo, a sua habitação

(1Co 6.19). O Espírito Santo no crente dá testemunho de que o crente é Filho de Deus. Para Paulo o Espírito Santo é o confortador para o crente e o Espírito da vida, é a garantia da nossa ressurreição (Rm 8.11). Como é que Cristo ressuscitou dos mortos? Por si ou pela atuação exclusiva de Deus? Essa passagem nos esclarece de modo que a garantia da nossa ressurreição está na presença do Espírito Santo em nós.

Para Paulo também o Espírito Santo é o intercessor (Rm 8.26-27).

Finalmente, que é o Espírito Santo para Paulo? Será uma pessoa divina distinta ou era a consciência de Cristo no crente ou a consciência de Deus como o Pai no crente? Isso é discutível entre os teólogos. Temos então três idéias em Paulo:

1. Deus, o Pai, habitando no crente.
2. Espírito Santo é Espírito do próprio Cristo.
3. Refere-se ao Espírito Santo como pessoa separada.

Em 1Co 2.9-16 Paulo dá a entender que o Espírito dá a entender ser o Cristo glorificado no homem. 1Co 15.45 diz que Cristo foi feito Espírito Vivificante. Paulo não está discutindo o assunto para fins doutrinários, mas para fins práticos, devemos ter isto em mente. A linguagem de Paulo, em geral, não oferece material para uma definição precisa, teológica, do Espírito Santo. Certamente Paulo em algumas passagens atribui personalidade ao Espírito Santo (1Co 12.11; Rm 8.9). Se o Espírito opera, é uma pessoa (1Co 12.11; Rm 8.9 diz que ele conduz os crentes. Ele nos ajuda, nos ensina (1Co 2.13).

Paulo associa o Espírito com Deus, o Pai e com Deus, o Cristo. A presença do Espírito Santo nos crentes representa Deus, o Pai; representa Deus, o Filho. Jesus quando prometeu o Espírito Santo disse: “Eu rogarei ao Pai e ele vos dará outro consolador”. Portanto a habitação do Espírito Santo no crente é mediante a aceitação de Cristo e de Deus como Pai. É por isso que Paulo, falando do Espírito Santo, emprega indistintamente esse termo. O Espírito

Santo representa as outras duas pessoas da Trindade no crente. Por exemplo, quando Pedro pregou no dia de Pentecostes, como explicou o acontecimento? “Deus ressuscitou a este Jesus do que todos nós somos testemunhas” (At. 2.32-33).

Portanto, Paulo, nas suas cartas, refere-se indistintamente ao Espírito Santo como Espírito de Deus e Espírito de Cristo. De modo que não há problema com referência a esse emprego indistintamente dos termos.

Assim, para Paulo a interpretação do Espírito Santo não é teológica, mas religiosa ou espiritual. Para Paulo o Espírito Santo era uma pessoa objetiva, habitando no próprio crente. É através do Espírito Santo que Deus, o Pai e Deus, o Filho operam no crente.

A IDÉIA DE PAULO SOBRE A MORALIDADE SOCIAL

Paulo tratou desses problemas na igreja de Corinto. Coloca todos os problemas sociais no princípio fundamental que é o amor.

Na discussão desses assuntos Paulo se orienta pelas suas idéias escatológicas = 2ª vinda perto.

PUREZA SEXUAL

No tempo de Paulo a sociedade estava corrupta especialmente quanto ao sexo.

Só havia um padrão para o homem e para a mulher. O corpo era para Deus.

ENTREGAR A SATANÁS

Entregar a Satanás significa colocar o indivíduo no ambiente onde atua, isto é, fora da igreja, no mundo.

CASAMENTO

De acordo com Paulo a família deve ser monogâmica. Responde a várias perguntas. Não condena o celibato, nem o casamento.

No ensino de Paulo o divórcio não é admissível, como no ensino de Jesus (1Co 7.10-11). Deus não cogitou do divórcio. Mesmo assim Paulo não considera o crente livre para o casamento. Só a morte pode dissolver o casamento (1Co.7.39). O casamento é responsabilidade diante de Deus.

A ESCRAVIDÃO

Paulo não trata diretamente da escravidão. Só o considera do ponto de vista prático: relação de servo e senhor.

À luz da legislação ele não combateu a escravidão, entretanto disse que o senhor deve receber o escravo e tratá-lo como irmão. Não combateu a instituição, mas suas causas.

De acordo com Paulo não há razão para a escravidão. Não a combate pelas formas, mas pela raiz. Os princípios que ele ensinou, minou-a pela base. O Cristianismo acaba com as instituições pelos princípios lançados.

O ESTADO

Qual a atitude de Paulo em relação ao estado? De princípio o Estado é uma instituição divina. O cidadão deve obedecer às leis. Paulo não trata de particularidades, mas de princípios. A finalidade do Estado é proteger o que tem boa conduta e punir os que fazem o mal. Ordem social e justiça, nunca unidade religiosa.

LIBERDADE CRISTÃ E A CONSCIÊNCIA ALHEIA

Como vamos tratar o irmão fraco na compreensão? Certos escrúpulos surgem da falta de compreensão. Devemos tratar o irmão fraco com benevolência, este é o pensamento de Paulo. Se alguém compreende diferentemente devemos ter paciência. O laço da per-

feição é o amor. Há coisas morais que não podem ser aprovadas por mim embora que outros aprovem. A consciência do outro deve ser respeitada, deve ser acatada.

A DOCTRINA DA IGREJA

Paulo fala mais sobre igreja que sobre Reino de Deus. De Pentecostes em diante poucas vezes aparece menção do Reino de Deus. Antes de Pentecostes Jesus falava muito sobre o Reino. Paulo em suas cartas menciona 60 vezes o termo Igreja.

Ele emprega o termo em dois sentidos:

1. Sentido Local.
2. Sentido universal (1Co 12.28; 15.9; Gl. 1.13) Cf. o contraste com At 9.31.

Paulo, quando fala da organização dos obreiros, encontramos duas classes: bispos e diáconos. Entretanto encontramos em 1Co 12.28 outras classes mencionadas.

Quanto à disciplina Paulo insiste muito na conduta moral; aquele que faz parte da igreja deve andar diferentemente do mundo.

Quanto às ordenanças, são duas: batismo e ceia.

Paulo emprega várias ilustrações interpretativas:

1. Em 2Co 6.16 diz: “Vós sois o templo do Deus vivente”. Está falando coletivamente. O templo representa a habitação de Deus no meio do seu povo, de modo que, de acordo com Paulo, as igrejas significam para o mundo a habitação de Deus, a atuação de Deus no mundo.
2. Paulo fala ainda da igreja como um corpo de Cristo. Qual a função do corpo? É servir ao Espírito; o espírito atua através do corpo. Quando Cristo estava aqui neste mundo atuava através do seu corpo; depois, quando subiu aos céus passou a atuar através da igreja. Que Cristo fazia quando estava aqui no mundo passou agora a fazê-lo a igreja. A obra de Cristo neste mundo é levada avante

através da Igreja (Rm 12.5; 1Co 12.12). A igreja é chamada também de lavoura de Deus (1Co 3.9).

3. Em Efésios é que Paulo apresenta a idéia mais alta a respeito da igreja. A carta aos Efésios é uma carta polêmica; é uma carta em que Paulo penetra mais no significado das coisas. É aqui que Paulo apresenta a doutrina da igreja na sua forma mais elevada.

1) Em 3.21 temos: “A esse glória na igreja por Jesus Cristo, em todas as gerações, para sempre, amém”. Onde Deus pode ser glorificado? Na igreja. De modo que é um meio pelo qual Deus pode ser realmente glorificado é fazendo parte da igreja, isto é, do corpo de Cristo. A adoração mais alta, mais elevada é a coletiva. Não se pode ter uma harmonia na base individual; há que haver mais de uma pessoa. Portanto, através da igreja, por Jesus Cristo, é que podemos mais perfeitamente adorar a Deus. Entretanto não se está desprezando o louvor individual.

2) “E sujeitou todas as coisas a seus pés, e sobre todas as coisas e constituiu como cabeça da igreja, que é o seu corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todos” (Ef. 1.22-23). Como é que Deus vai levar todas as coisas em seu objetivo final? Por Cristo através da atuação da igreja. “A criação toda aguarda a manifestação dos filhos de Deus” (Rm 8.18,19 ss).

A ESCATOLOGIA DE PAULO

A segunda vinda de Cristo é um assunto destacado na teologia de Paulo. Ele trata do assunto para fortalecer a fé dos crentes. Ele não discute os assuntos escatológicos para fins doutrinários, mas para fins práticos. Paulo tinha esperança que a vinda de Cristo se verificasse dentro do seu próprio tempo; isso vemos em 1Ts 5.1-2. Parece que os crentes de Tessalônica tinham feito uma pergunta a Paulo sobre o assunto. Então ele respondeu desta maneira; não discutindo acerca do tempo, mas esperando a vinda de Cristo para breve. Paulo trata do assunto para exortação mútua.

Na primeira carta aos Tessalonicenses Paulo deixa a impressão de que a vinda de Cristo seria para breve, mas na segunda carta ele diz: “Como o dia de Cristo estivesse já perto” (2Ts 2.2). Será que Paulo mudou a idéia? É preciso ver que os crentes em Tessalônica esperavam a vinda de Cristo para breve, deixando alguns até de trabalhar, causando muitas dificuldades no seio da igreja. Portanto aqui Paulo dá mais ênfase ao outro lado para solucionar aquele problema da igreja. Não houve mudança quanto ao assunto; ele não falou em tempo. A ênfase não está no tempo, está na vinda.

A IDÉIA DE MORTE

Para Paulo a morte ao invés de ser uma derrota era uma bênção; era um sono, um descanso para a alma. Os homens naturalmente têm medo da morte porque o normal é querer viver; o homem não foi criado para morrer. A morte não é natural para o homem, de modo que ele reage contra a morte. A morte no caso do crente fica sem o aspecto cruel. Há morte com aguilhão e morte sem aguilhão.

A RESSURREIÇÃO

Encontramos muita coisa sobre esses assuntos em 1Co 15. Os coríntios tinham feito muitas perguntas a Paulo sobre a ressurreição.

A base da nossa ressurreição está na ressurreição de Cristo e não na sua morte. Há muitos problemas relacionados com a idéia da ressurreição:

1. Ressuscitaremos com que corpo? Paulo responde às perguntas usando a ilustração da semente. A semente que brota já não brota com aquele corpo com que foi semeada. Paulo fala em corpo espiritual.

A salvação cristã inclui a salvação do corpo. A salvação não é só para a alma, mas também para o corpo. A salvação do corpo vai

se consumir na ressurreição, de modo que a nossa salvação ainda não está completa, porque o corpo ainda não foi ressuscitado. É na ressurreição que a nossa salvação tornar-se-á completa, e é na ressurreição que a personalidade estará integrada ou reintegrada.

O estado intermediário: - Esse período é entre a morte e a ressurreição. A Bíblia não fala diretamente nesse assunto. A idéia vem justamente neste período entre os dois fatos: morte e ressurreição final.

JUÍZO FINAL

O Juízo final, a segunda vinda e a ressurreição serão coisas simultâneas.